UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Seropédica, RJ
2018

Administração Superior

Reitora	Prof. Ricardo Luiz Louro Berbara
Vice-Reitor	Prof. Luiz Carlos de Oliveira Lima

Pró-Reitores

Ensino de Graduação	Prof. Joecildo Francisco Rocha
Pesquisa e Pós Graduação	Prof. Alexandre Fortes
Extensão	Prof. Roberto Carlos Costa Lelis
Assuntos Estudantis	Prof. Cesar Augusto da Ros
Assuntos Administrativos	Profª. Amparo Villa Cupillo
Assuntos Financeiros	Prof. Reginaldo Antunes dos Santos
Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional	Prof. Roberto de Souza Rodrigues

Direção do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	Prof. Daniel Ribeiro Prof. Gustavo Lopes Olivares

Comissão de Criação do Curso de Graduação em Serviço Social	Profª. Monica A. Del Rio Benevenuto Profª. Patrícia Oliveira de Freitas Prof. Jorge Luiz de Goes Pereira Profª. Tatiane de Oliveira Pinto Profª. Fabrícia Vellasquez Paiva Profª. Débora Pires Teixeira Profª. Maria Emília Santiago Barreto Profª. Lenice Freiman de Oliveira Técnica Meiryellem Pereira Valetim

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BR 465, KM 07, Seropédica – RJ CEP: 23890-000
Tel/Fax 55 21 2681-4600/ 2682-1120
E-mail: secretariaicsa@gmail.br

ÍNDICE

1. Identificação do curso 04
2. Introdução 05
3. Justificativa 06
4. Pertinência socioeconômico cultural 10
   4.1. Cenário institucional 10
5. Serviço Social no Brasil 12
6. Criação do Curso de Graduação em Serviço Social na UFRRJ 14
   6.1. Objetivo 15
   6.2. Perfil do egresso 15
   6.3. Habilidades e competências 15
   6.3.1. Competências Gerais 15
   6.3.2. Competências Específicas 16
   6.4. Habilitação 16
   6.5. Campos de atuação 16
   6.6. Forma de ingresso no curso 16
   6.7. Colegiado do Curso 17
   6.8. Núcleo Docente Estruturante – NDE..... 17
   6.9. Setores de estudo 18
   6.10. Estrutura Curricular 18
   6.10.1. Componentes Curriculares Obrigatórios 18
   6.10.1.1. Componentes curriculares do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social 18
   6.10.1.2. Componentes curriculares do Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sociohistórica da Sociedade Brasileira 19
   6.10.1.3. Componentes curriculares do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional 19
   6.10.2. Componentes Curriculares Optativos 20
   6.10.3. Atividades Acadêmicas Obrigatórias 20
   6.10.3.1. Estágio Supervisionado 20
   6.10.3.2. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 21
   6.10.3.3. Atividades Complementares 21
   6.11. Integração Ensino, Pesquisa e Extensão 22

6.12. Carga Horária do Curso 21
6.13. Fluxograma curricular 22
6.14. Avaliação 23
6.14.1. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem 23
6.14.2. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 23
6.15. Estrutura Organizacional do Curso 24
6.16. Recursos humanos para a implementação do curso 24
6.17. Infraestrutura básica do curso 24
6.18. Bolsas para estudantes 25
6.19. Síntese das exigências para obtenção do título 25
6.20. Matriz Curricular de Serviço Social para a UFRRJ 25
6.21. Disciplinas optativas 28
6.22. Ementário das disciplinas..... 29
7. Referências Bibliográficas 36
8. Anexos 37
Anexo I (Regimento do NDE)..... 38
Anexo II (Regulamento de Estágio Supervisionado)..... 43
Anexo III (Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC)..... 75
Anexo IV (Regulamento Interno das Atividades Acadêmicas Complementares) 88
Anexo V (Projeto de Avaliação Semestral)..... 99

PROJETO: CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

1.2. Unidade Acadêmica: Campus Seropédica

1.3. Nome do Curso: Graduação em Serviço Social

1.4. Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

1.5. Modalidade: Presencial

1.6. Grau Acadêmico: Bacharelado

1.7. Título a ser Conferido: Bacharel em Serviço Social

1.8. Habilitação: Bacharel em Serviço Social.

1.9. Unidade Responsável pelo Curso: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA/ Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria – DEDH

1.10. Carga Horária do Curso: Total: 3150 h/a, sendo 1860 h/a dos Componentes Curriculares Obrigatórios (Disciplinas dos Troncos Inicial, Intermediário e Profissionalizante); 360 h/a dos Componentes Curriculares Optativos; 730 h de Atividade Acadêmica Obrigatória (sendo 450 h de Estágio Supervisionado em Serviço Social e 280 h de Trabalho de Conclusão de Curso) e 200 h de Atividades Acadêmicas Complementares Obrigatórias.

1.11. Turno de Funcionamento: Vespertino

1.12. Número de vagas: 40 vagas anuais ofertadas em uma única entrada.

1.13. Duração do curso: Mínimo de 8 semestres (4 anos) / Máximo de 12 semestres (6 anos)

1.14. Regime Escolar: Semestral

1.15. Forma de Ingresso no Curso: Sistema de Seleção Unificada/ENEM (SISU)

1.16. Seleção: Segundo semestre letivo

1.17. Ano de início de funcionamento do curso: 2015/2º período

1.18. Nº do ato de reconhecimento do curso: previsão para reconhecimento a partir de 75% de funcionamento do curso.

1.19. Coordenador do curso: Profº. Jorge Luiz de Goes Pereira (DEDH/ICSA)

1.20. Vice-coordenador do curso: Profª. Carmen Oliveira Frade (DEDH/ICSA)

2. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico de Serviço Social da UFFRJ está baseado nas últimas propostas de Curso de Serviço Social aprovados pelo MEC (Serviço Social da UNIRIO, 2009, Serviço Social da UFAL, 2007 e UFVJM, 2007), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ (PDI) e das perspectivas para ampliação da atuação na área social do Departamento Teoria de Planejamento e Ensino (DTPE/IE) e do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH/ICHS).

Sua estrutura foi sistematizada a partir das discussões mais recentes entre técnicos, professores da categoria em conjunto com professores e professoras do Curso de Economia Doméstica da UFRRJ, dos órgãos de gestão superior da Universidade (Reitoria e Pro-reitoria de Ensino e Graduação) com o apoio do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ/7ª REGIÃO, 2004) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Para se adequar, criticamente, às exigências da contemporaneidade, o Serviço Social Brasileiro redimensionou seu arcabouço teórico nas últimas décadas. Ainda nesse sentido, avançou radicalmente no debate de sua dimensão ética, expressa no Código de Ética de 1993, a partir da obrigatoriedade no estabelecimento de direitos e deveres para o assistente social pautados em princípios humanistas, em contraponto à ordem social vigente. Dentre tais princípios destacam-se:

• O reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;

• A defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;

• A defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida;

• O posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;

• O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo;

• O compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (CRESS – 7ª Região, 2004).

Assim, acreditamos que o Projeto Político Pedagógico da UFRRJ apresenta avanços em relação aos demais já aprovados pelo MEC quando incorpora, nos seus conteúdos de ensino, pesquisa e extensão, discussões relacionadas à sustentabilidade socioambiental, a inclusão social de minorias étnicas, grupos populares, movimentos sociais urbanos e rurais, as diferenças de gênero e de geração, direitos humanos, questões essas que marcam o cenário social, político e econômico da Baixada Fluminense e da Costa Verde

do Rio de Janeiro, diante das propostas de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, especificamente, e do Brasil, em geral.

Inicialmente, o curso de Serviço Social da UFRRJ contará com um quadro efetivo de 16 docentes de diferentes departamentos da UFRRJ (13 doutores e 3 mestres), sendo a ampliação desse quadro previsto a partir de 2016 e 2017 com a contratação de 3 profissionais de Serviço Social. Assim, até o final de 2017, acredita-se que o quadro esteja completo, totalizando 19 professores.

3. JUSTIFICATIVA

A UFRRJ possui o seu campus principal localizado em uma região bastante peculiar na geografia do Estado do Rio de Janeiro. Está situado aproximadamente a 80 km da Capital do Estado. Estabelecido em terras que formaram, no passado colonial, a antiga Fazenda Jesuítica, o perímetro da Universidade compreende uma vasta região a partir do município de Seropédica, recente desmembramento da antiga Vila, atual município de Itaguaí. Todavia, com a criação de seus dois novos Campi, nos Municípios de Nova Iguaçu e de Três Rios, a área de influência da Universidade abrange vastos e importantes setores do Estado do RJ, tanto na região metropolitana quanto no interior do Estado. Podemos dizer que a UFRRJ atualmente é a principal possibilidade de oferta de ensino superior público para regiões como a Baixada Fluminense, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, Costa Verde, Sul Fluminense e parte significativa da Região Serrana (UFRRJ, 2010).

É significativo recordar que, há pelo menos quatro ou cinco décadas, essa grande área poderia realmente ser considerada um "Sertão Carioca"[1], pois era zona eminentemente rural. No passado, essas regiões estiveram voltadas para o desenvolvimento das economias açucareira, cafeeira e, mais recentemente, no século XX, o chamado "ciclo da laranja". Entretanto, a realidade atual apresenta um quadro completamente diverso, pois a configuração econômico-social desses espaços tem sofrido intensas transformações. Com o Segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que previa o fim de área rural na cidade do Rio de Janeiro em favor de um desenvolvimento industrial, ampliaram-se as desigualdades sociais locais, e bairros como Campo Grande e Santa Cruz tiveram seus antigos sítios substituídos por grandes conjuntos habitacionais para atender a demanda das indústrias que, num processo muito lento, aos poucos vêm sendo implantadas (UFRRJ, 2010).

Atualmente, os indicadores populacionais apontam para uma população de aproximadamente 8 milhões de habitantes em toda essa região. Nos últimos anos, tem havido investimentos na modernização do Porto de Sepetiba, na Indústria Naval, em Energia Nuclear, na construção de indústrias siderúrgicas – como

[1] CORRÊA, Magalhães. *O Sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

previsto para os próximos anos em Itaguaí e Santa Cruz –, no pólo petroquímico localizado no município de Duque de Caxias, na modernização das estradas que atravessam a região a partir da construção do Anel Rodoviário (inaugurado em julho de 2014), que liga o recôncavo da Guanabara ao porto de Sepetiba, articulando a região onde será construída uma grande refinaria de petróleo no município de Itaguaí, e a instalação de uma Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos no município de Seropédica, em substituição ao antigo Aterro Sanitário de Duque de Caxias (Aterro de Gramacho). Acrescente-se, ainda, o crescimento significativo do setor de serviços, dentre outros investimentos públicos e privados, que evidenciam novo cenário para as regiões vizinhas à UFRRJ. Entretanto, observemos que em todas essas regiões são constatadas as menores taxas do índice de desenvolvimento humano (IDH) do Estado, sendo gravíssimos os problemas, sobretudo, pela falta de saneamento básico, habitação, transporte de massas, educação de qualidade e segurança pública (UFRRJ, 2010).

Notemos que todo esse processo tem causado um extraordinário impacto. O primeiro fator que assinala essa mudança é a crescente e a intensa urbanização da periferia da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Recordemos que durante boa parte do século passado esse processo ocorreu em localidades constituídas por bairros e municípios dormitórios, os quais viviam permanentemente o movimento diário dos caminhos entre a casa e o trabalho. Essa posição de periferia em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, apesar de ser ainda uma realidade, apresenta, hoje, demandas notadamente novas, fruto do processo de acelerada e desordenada urbanização. Assim, as crescentes necessidades por serviços públicos básicos, assistência social e por educação de qualidade são os principais pontos de uma agenda para essas regiões. O panorama desse diagnóstico geral no setor educacional é a carência de professores e profissionais bem qualificados em diversas áreas. A procura pelo Ensino Superior é, sem dúvida, parte importante desse compromisso de melhoria da qualidade de vida da população que habita a região (UFRRJ, 2010).

Desta forma, a região, onde se localiza a UFRRJ, apresenta, no momento, considerável desenvolvimento econômico, concentra também um grande contingente populacional. Entretanto, a região, apesar de desenvolvida economicamente, abriga uma população carente em diversos aspectos, conforme pode-se observar nos dados disponibilizados pelo IBGE (2010). Na sua definição:

> A população é diversamente heterogênea e composta por povos de diversas origens raciais e culturais. Todos os continentes estão aqui presentes, formando um mosaico riquíssimo de tendências culturais, manifestadas nas artes, na língua, nos comportamentos sociais, na política e na economia. A baixada é urbana na configuração e ocupação do espaço, porém, neste mesmo espaço convive com práticas agropastoris. Está exposta às influências massiva da mídia e ao mesmo tempo convive com camadas populacionais de cultura eminentemente urbana com todos os valores da sociedade industrial e de consumos refinados (IBGE, 2010).

Esta análise corresponde ao perfil da Baixada Fluminense, onde se localiza a UFRRJ, especialmente considerando uma região definida como Metropolitana-periferia. Sobre a Baixada, de forma geral, o Censo Demográfico (IBGE, 2010) já apontava grande contingente populacional, conforme Quadro 1:

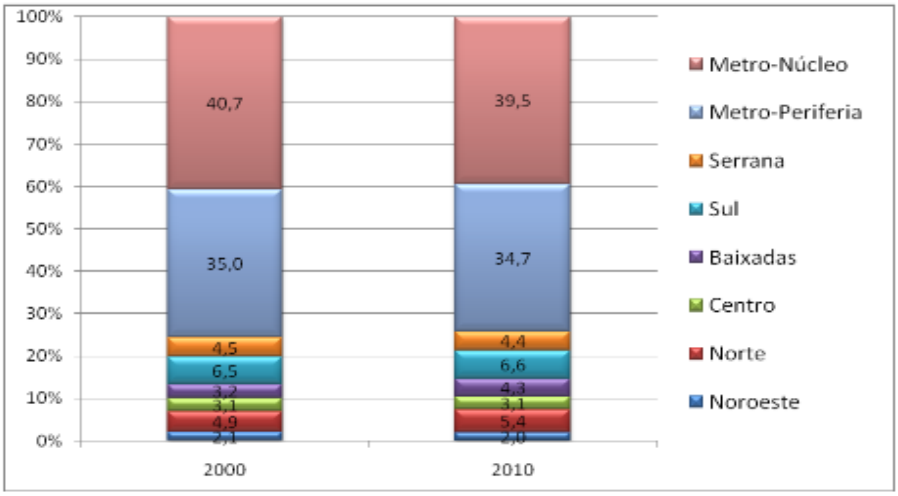
Quadro 1 – Distribuição populacional da Região da Baixada Fluminense.

MUNICÍPIO	ÁREA Km²	POPULAÇÃO
Belford Roxo	77,815	469.332
Duque de Caxias	464,62	855.048
Guapimirim	360,766	51.483
Itaguaí	275,867	109.091
Japeri	81,871	95.492
Magé	388,496	227.322
Mangaratiba	356,408	36.456
Mesquita	39,062	168.376
Nilópolis	19,393	57.425
Nova Iguaçu	521,247	796.257
Paracambi	179,680	47.124
Queimados	75,695	137.962
São João de Meriti	35,216	458.673
Seropédica	283,762	78.186
Total	**2.876,136**	**3.510.041**

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

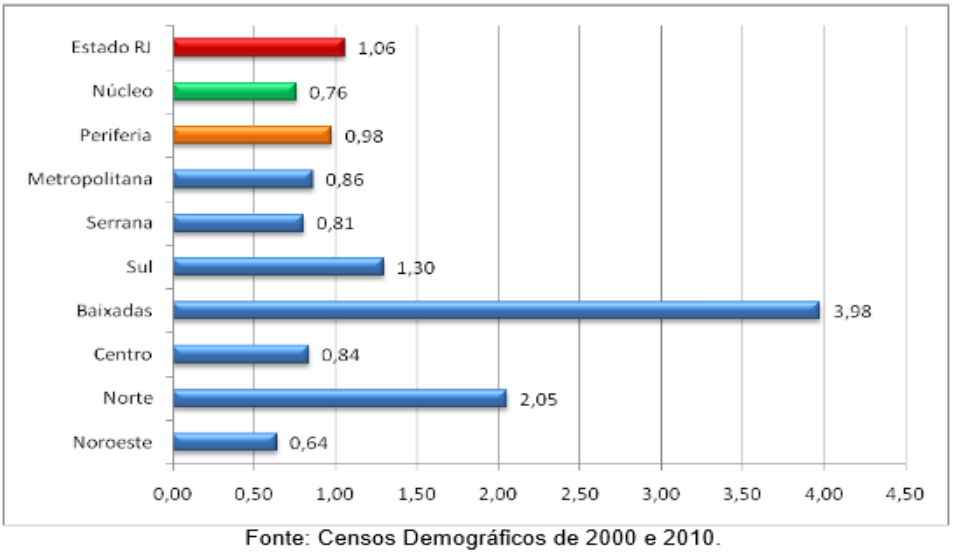
Ademais, o Censo de 2010 continua apresentando um grande crescimento de população residente nas áreas periféricas do estado do Rio de Janeiro (gráfico 1), e que, ao separarmos a baixada da região metropolitana mais central (gráfico 2), observamos, ainda, como esse crescimento está centralizado nos espaços em que menos recursos públicos vêm sendo investidos.

Gráfico 1 – População residente por regiões: Estado do Rio de Janeiro – 2000/2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento por regiões: Estado do Rio de Janeiro – 2000/2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Diante de sua complexidade, e como forma de subsidiar a implementação e monitoramento das políticas educacionais, o Plano Nacional de Educação (PNE) define como prioridade o desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação em todos os níveis de ensino. Além do mais, a erradicação do analfabetismo é uma das principais metas do Plano. Devemos considerar como questões subjacentes, de um lado, as desigualdades sociais e regionais existentes; de outro, a dimensão cultural que relaciona a educação, a escola e o ensino e as condições em que se encontra a Baixada Fluminense (UFRRJ, 2010).

Dados do IBGE (2010) apontam a Baixada Fluminense com baixíssimos níveis de escolaridade. Segundo o último Censo Demográfico, no município de Seropédica, situado no Estado do Rio de Janeiro – precisamente onde se localiza a UFRRJ –, entre os estudantes matriculados em 2010, 3.630 cursavam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse número, somado aos 9% de analfabetos existentes em Seropédica, apresentava um dado alarmante: cerca de 13,6% de toda população do município não possui uma educação minimamente necessária às necessidades diárias, considerando os atuais modelos utilizados na modalidade de Ensino EJA (INEP, 2010; PORTAL SEROPÉDICA, 2011).

Do ponto de vista do poder público, a quem cumpre, simultaneamente, o dever de prover a educação pública, torna-se urgente identificar os obstáculos que impedem a realização dos objetivos previstos no art. 214, da Constituição Federal, das metas e providências estabelecidas no PNE, assim como fazer as correções

da política pública e de atitudes que não se ajustam à nova ordem constitucional. Assim, problemas de alimentação, saúde, educação, habitação e segurança, dentre outros, estão presentes na composição do quadro de carência social. Desta forma, no setor de educação, como foi visto, observa-se que as entidades particulares de ensino, pelo seu custo, tornaram-se inacessíveis a uma considerável parcela da população da região.

Excluindo-se a cidade do Rio de Janeiro, nas cidades limítrofes e vizinhas há carência de escolas que se dediquem ao ensino de Serviço Social. Cidades como Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Paracambi, São João de Meriti, Nilópolis, Magé, ou seja, em toda a Baixada Fluminense, além das cidades de todo o Vale do Paraíba, não contam com a existência de curso de Serviço Social de caráter público – mesmo diante das inúmeras refrações da "questão social" acima expostas e do enorme contingente populacional existente na região.

Atualmente, de acordo com o sítio do Ministério da Educação (Sistema e-MEC), há, no Estado do Rio de Janeiro, quarenta e nove (49) cursos superiores de Serviço Social em atividade. Destes, apenas sete (7) são públicos. O município do Rio de Janeiro concentra três (3) ofertados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); outros quatro (4) são oferecidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Niterói e Rio das Ostras.

Vale ressaltar, no entanto, que se registram quarenta e dois (42) cursos de Serviço Social, em atividade, ofertados por instituições privadas, dentre os quais dezoito (18) estão localizados na região da Baixada Fluminense. Nova Iguaçu e Duque de Caxias dispõem de quatro (4) universidades; Belford Roxo, Magé, Queimados e São João de Meriti com duas em cada município; Nilópolis e Queimados dispõem de uma em cada. Enquanto em outros municípios, tais como Itaguaí, Seropédica, Japeri e Paracambi, a oferta desse Curso inexiste. Destacamos, por fim, que estes municípios onde inexiste o curso de Serviço Social são os mais próximos, geograficamente, da UFRRJ.

4. PERTINÊNCIA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL

4.1. Cenário Institucional

A UFRRJ, fundada em 1910 pelo Decreto 8.319 de 20 de outubro, como Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, vinculada ao Ministério da Agricultura, foi oficialmente inaugurada em 10 de julho de 1912, e, em 1913, entrou em funcionamento com os cursos de Engenharia Agronômica e Medicina Veterinária com total de 60 alunos. Em 1943, foi criada a Universidade Rural que englobava a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária. Em 1948, a Universidade foi transferida para o Campus definitivo nas margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, km7, hoje BR-465.

Em 1963, pelo Decreto 1.984, a Universidade Rural passou a se denominar Universidade Federal Rural do Brasil, integrando a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar, além dos cursos técnicos de nível médio, dos Colégios Técnicos de Educação Familiar e Agrícola "Ildefonso Simões Lopes". A UFRRJ, em 1970, ampliou suas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, e em 1972, iniciou o sistema de cursos em regime de créditos. Desde a década de 1960, entrou em processo de expansão dos cursos de graduação, a saber: Economia Doméstica, Engenharia Florestal, Licenciatura Ciências Agrícolas (1963), Engenharia Química, (1966), Ciências Biológicas e Química (1969); (Década de 70); Geologia, Zootecnia, Administração de Empresas, Economia e Ciências Contábeis (1970), Licenciatura plena em Educação Física, Física e o Bacharelado de Matemática (1976); (Década de 90); Engenharia de Alimentos (1991), Ciências Econômicas Noturno em Três Rio (1998), Química noturno (1999); Em 2000, os cursos de Engenharia Agrícola, Engenharia de Agrimensura; em 2001, os cursos de Licenciatura em Ciências Habilidade: em Física; Licenciatura em Ciências Habilidade: em Matemática; Administração Noturno em Paracambi, Administração Noturno em Três Rios, Administração Noturno em Quatis, Administração Noturno em Volta Redonda; Licenciatura em História e Arquitetura e Urbanismo. Atendendo ao Programa de Expansão do Ensino Superior, do Governo Federal instalou, a partir de 2006, o campus em Nova Iguaçu, com a criação do Instituto Multidisciplinar, tendo suas ofertas os cursos: Administração, Licenciatura em História, Ciências Econômicas, Matemática, Pedagogia, Turismo, todos noturnos. Em 2006, começou a ser oferecido o Curso de Administração a Distância, junto ao Consórcio CEDERJ e em 2009 o curso de Licenciatura em Turismo.

Os cursos de Pós-Graduação na UFRRJ iniciaram suas atividades em 1965, e logo se expandiram, oferecendo à comunidade acadêmica as qualificações pós-graduação *lato sensu* (em reformulação) *e strictu sensu* como mestrado Educação Agrícola e recentemente os mestrados em Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada (2005), História (2007) e Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (2008) e doutorado: Medicina Veterinária-Parasitologia Veterinária, Agronomia-Ciência do Solo e Química Orgânica; mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Patologia Veterinária, Microbiologia Veterinária, Desenvolvimento Agrícola e Fitotecnia; Ciências Ambientais e Florestais; Fitotecnia criou a área de Agroecologia; mestrado e doutorado em Biologia Animal, doutorado em Ciências e Tecnologia de Alimentos; em Sanidade Animal e mestrado em Zootecnia. Recentemente, a UFRRJ em parceria com a Universidade Nacional de Río Cuarto, da Argentina, teve aprovado pela Capes o primeiro doutorado binacional do Brasil, na área de Ciências Agrárias, intitulado ‘doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária’.

Atualmente, a UFRRJ oferece 55 cursos de graduação presenciais, sendo 40 no Campus Seropédica, 11 no Campus Nova Iguaçu e quatro (4) no Campus Três Rios. Oferece também 41 programas de pós-graduação *strictu sensu* e *latu sensu* (27 programas de mestrado, 13 programas de doutorado e um (1)

programa de especialização). Além desses cursos de graduação e pós-graduação, a UFRRJ oferece vagas ao Ensino Médio através do Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR), com os cursos de Técnico em Agroecologia, Técnico em Hospedagem, Técnico em Agrimensura, Técnico em Meio Ambiente e Ensino Médio.

5. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Desde sua concepção, o Serviço Social no Brasil apresenta iniciativas de grupos e frações de classes dominantes, que se expressavam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado laico. Gesta-se como profissão, na década de 1930, a partir da expansão da industrialização, a consolidação do espaço urbano, e o crescimento da classe operária, momento imperioso para o desenvolvimento do capitalismo no país. A ampliação da participação do Estado no controle da vida social, acrescida da busca por alternativas de enfrentamento da "questão social"[2] que ora surge, são elementos importantes para a institucionalização da profissão. (YASBECK, 2008 *apud* UNIRIO, 2009).

Nesse contexto, temos a primeira Escola de Serviço Social criada em 1936 – conhecida como Centro de Estudos e Ação Social (São Paulo) – que, posteriormente, foi incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e, no Rio de Janeiro, em 1937, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas décadas que se seguem vários são os cursos de Serviço Social criados no Brasil inteiro.

Ainda no Brasil, na década seguinte (1940), tem-se a emergência de uma burguesia industrial e o crescimento do proletariado brasileiro, acompanhando uma política econômica marcada por processos de industrialização. Nesse ínterim, o Estado percebe a necessidade de se criar, então, instituições de assistência – estatais, paraestatais e autárquicas – com o intuito de direcionar e de integrar as reivindicações da classe trabalhadora através de políticas sociais, e que passam a demandar o trabalho dos profissionais de Serviço Social. Institucionalmente, surgem, assim, os agentes executores das políticas sociais direcionadas ao proletariado urbano, em resposta à fase vivida durante o período em questão.

À medida que o Estado se organiza para intervir em tais processos, emergem as grandes instituições governamentais que, através de políticas sociais, passam a constituir o mercado de trabalho do Assistente Social, junto com instituições patronais como SESI e SENAI. A década de 1940 configura-se, portanto, como o momento de consolidação desse mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais.

Já na década de 1950, ocorrem dois importantes movimentos para a categoria profissional recém-formada: de um lado, o fortalecimento de uma política econômica tendo como medida social de relevância a

[2] "Questão social", na definição de Iamamoto e Carvalho (1983), é a expressão do "processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão". Ou seja, é a contradição essencial entre produção coletiva e apropriação privada, que exige do Estado respostas, diante de seus rebatimentos em termos das mais variadas formas de desigualdades que nascem nesse processo.

regulamentação da Lei Orgânica da Previdência Social; de outro, a regulamentação do ensino de Serviço Social através da Lei n.º 1889 de 13 de junho de 1953, referendada em 1954, tendo, por fim, o efeito da lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, que conferia o direito de exercício profissional ao assistente social com formação. Assim:

> O Serviço Social passa a ter uma importância significativa no projeto de expansão nacional brasileiro também em 1950, com o desenvolvimento, pela ONU, do "Desenvolvimento de Comunidade" (DC). Para combater o comunismo na América Latina, principalmente pós-revolução cubana de 1959, criam-se programas de assistência internacional, como a Aliança para o Progresso, em 1960 (UNIRIO, 2009, p. 7).

Na década de 1960, há a ampliação do mercado de trabalho para o assistente social, que passa a exigir um profissional "moderno e racional" (NETTO, 2002), com aptidões técnicas. Nesse momento, surge, então, a necessidade de um curso de Serviço Social de cunho universitário. Ainda nesse período, e considerando a ditadura militar brasileira, o Serviço Social constrói um movimento endógeno a ele, denominado Movimento de Reconceituação – e que, apesar de ter se estendido por toda a América Latina, conseguiu resguardar as especificidades e as demandas orientadas de cada país.

Para Netto (2002), instituíram-se três vertentes balizadoras e diferentes nesse processo: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Cada uma, vale dizer, trouxe consigo um importante passo para o processo de reconceituação da profissão, atuando em um processo mesmo de mudança paradigmática da forma de pensar da categoria.

A perspectiva modernizadora expressou o interesse da profissão na busca da eficiência e modernização científica. O aprimoramento teórico metodológico buscou sustentar a intervenção, sem questionar a ordem social vigente. Tal vertente fundamentou-se no funcionalismo como veio de análise da realidade social. Já a reatualização do conservadorismo expressa no referencial de influência da fenomenologia, onde a intersubjetividade aparece como fundamental para o conhecimento dos sujeitos envolvidos e para a prática profissional do assistente social, desenvolvendo um processo de psicologização da vida social. Por fim, a perspectiva de "intenção de ruptura" buscou romper com a herança intelectual e cultural do Serviço Social tradicional, fundamentando-se na concepção marxista de natureza crítica e reflexiva como meio para a análise da realidade social.

Essa vertente contribuiu com o debate sobre a formação profissional, durante a década de 1970, originando um novo currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982, que passa a ser obrigatório para todos os cursos de Serviço Social no território brasileiro. Por suas bases ideológicas, essa perspectiva se torna hegemônica dentro do Serviço Social, conduzindo a profissão para análises macrossocietárias a respeito do país e da própria profissão, especialmente voltando as ações para a compreensão maior da questão social e de sua relação com a classe trabalhadora.

No ano de 1996 as novas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são aprovadas, com indicações do currículo mínimo obrigatório. Nesse documento, o ensino da prática é destacado, com outros temas de relevância, como a pesquisa social e a ética profissional – na tentativa de buscar, ademais, uma reflexão sobre a práxis do assistente social em seu cotidiano.

Cabe destacar que, ao longo de sua trajetória, o Serviço Social desenvolveu, para além das competências de intervenção direta sobre a "questão social", uma frente de trabalho voltada para o planejamento, a implementação, a gestão e a avaliação dos programas e políticas sociais, fornecendo um importante suporte à sociedade brasileira. É uma profissão que, ao longo de mais de setenta anos de trajetória no Brasil, construiu particularidades e formas de apreender a realidade social para a construção de respostas ao contexto social vigente no país.

Iamamoto (2001), tendo por referência a hegemonia da vertente de "intenção de ruptura" – que traz suas marcas e herança na contemporaneidade –, aponta que as novas demandas que surgem para o Assistente Social na atualidade, fruto das modificações nas formas de produção e reprodução na vida social, exigem que este profissional tenha a capacidade de decifrá-las e traduzi-las para além do nível da aparência imediata. Para tanto, é fundamental que a formação em Serviço Social consiga realizar mediações entre a leitura mais geral da conformação histórica e atual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, atentando-se para as especificidades regionais e locais, e elementos culturais, étnicos e de gênero existentes neste processo.

6. CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRRJ

Diante do exposto acima, a proposta de criação do curso de Serviço Social na UFRRJ se constrói a partir da interação entre professores com formação em Serviço Social do Instituto de Educação (IE), professores do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH) e uma Assistente Social da UFRRJ. Além disso, foi apresentada a uma representante da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), sendo, portanto, uma proposta interdepartamental que busca agregar conhecimentos e práticas desenvolvidas por professores e técnicos em diferentes áreas sociais, norteadoras de um curso de graduação em Serviço Social comprometido com a realidade da Baixada Fluminense e a Costa Verde do Rio de Janeiro, que juntas perfazem a área em torno do campus da UFRRJ.

É importante destacar que a UFRRJ tem tradição consolidada no trato de algumas expressões da "questão social" que marcam o cenário vislumbrado na proposta, especialmente relacionadas aos movimentos sociais do campo, através de projetos de pesquisa e extensão e de cursos de graduação, como o de Economia Doméstica, um dos mais antigos da UFRRJ (fundado na década de 1960), localizado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), bem como a recém-aprovada, em sua oferta regular,

Licenciatura em Educação do Campo, localizada no Instituto de Educação (IE). Além disso, a UFRRJ realiza o trabalho de assessoria a prefeituras da região na elaboração de políticas públicas, cursos de capacitação/formação, trabalhando em conjunto com Organizações Não-Governamentais e oferecendo à comunidade que vive no entorno da universidade projetos de educação/formação e de extensão.

6.1. Objetivo do Curso

- Formar assistentes sociais capazes de apreender o significado social e histórico da profissão e intervir de forma crítica e qualificada nos espaços de atuação profissional, com fundamentação teórico-metodólogica e posicionamento ético-político, de acordo com a Regulamentação da Profissão (Lei no 8.662/93) e com o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS no 273/93).

6.2. Perfil do egresso

- Profissional com formação intelectual e cultural generalista e crítica, referenciada no conhecimento das ciências sociais e da teoria social, habilitado teórica, metodológica e politicamente para atuar nas múltiplas expressões da "questão social", com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, e competência para analisar, decifrar e responder as demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais.

- Profissional comprometido com o projeto ético-político profissional balizado pelos valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social, pelas atribuições particulares e privativas do(a) assistente social, conforme regulamenta a Lei no 8.662 de 7 de junho de 1993, assim como pelas orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

6.3. Habilidades e competências

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução nº15, de 13 de março de 2002), a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodólogica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas ao desenvolvimento de competências gerais e especificas.

6.3.1. Competências Gerais

- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- Utilização dos recursos da informática.

6.3.2. Competências Específicas

- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

6.4. Habilitação

O curso forma Bacharel em Serviço Social.

6.5. Campos de Atuação

- Instituições públicas ou privadas que implementem políticas sociais nas áreas de Seguridade Social (previdência, assistência social e saúde).
- Instituições públicas e privadas que implementem ações nas áreas de Educação, Família, Saúde, Meio Ambiente, Sócio-Jurídica, Desenvolvimento Urbano e Rural.
- Movimentos sociais urbanos e rurais.
- Organizações sociais e não-governamentais; entidades filantrópicas.
- Diversos setores organizacionais de empresas privadas ou públicas.

6.6. Forma de ingresso no curso

A primeira forma de acesso aos cursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro será através do Sistema de Seleção Unificada/ENEM (SISU), normatizado, na UFRRJ, pela deliberação nº 107, de 12

junho de 2012, que trata do Processo Seletivo desta Universidade. Outras resoluções e legislações nacionais normatizam as demais formas de ingresso no curso, tais como: transferência (externa e interna), transferência ex-oficio, reingresso, reopção de curso, matricula de diplomados, programa de estudantes – convênio de graduação, movimentação interna, reintegração.

Todas essas resoluções estão disponibilizadas no endereço eletrônico: www.ufrrj.br, na página da PROGRAD – item 'acesso aos cursos de graduação'.

6.7. Colegiado do Curso

De acordo com o Art. 77 do Regimento da UFRRJ, o colegiado de Curso de Graduação é composto por: a) Coordenador; b) Vice-Coordenador; c) um docente de cada Departamento responsável por disciplinas do curso; d) outros docentes, segundo proposta do colegiado de cada curso, por deliberação do CONSUNI; e) até dez por cento do colegiado constituído por técnico-administrativos da Coordenação do Curso e f) vinte por cento do colegiado constituído por discentes do curso.

6.8. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Estabelecimento do NDE de Serviço Social da UFRRJ busca atender a determinação do CONAES/MEC, inciso I do art. 6.º da Lei N.º 10.861, de 14 de abril de 2004, e o disposto no Parecer CONAES/MEC N.º 04, de 17 de junho de 2010, que definem o NDE como aquele formado por um grupo de docentes cujas atribuições gerais são: o acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

E ainda, segundo o Art. 2º, as atribuições específicas do Núcleo Docente Estruturante, entre outras, são: I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Como espaço consultivo, todas as propostas do NDE de reestruturação do curso de Serviço Social da UFRRJ deverão ser submetidas e aprovadas pelo Colegiado de curso.

O NDE do curso de Serviço Social da UFRRJ será formado no mínimo por cinco (5) docentes com pós-graduação (*stricto sensu*), pertencentes ao corpo docente do curso, com regime de trabalho em tempo integral.

A renovação parcial dos integrantes do NDE (50%), de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso, se dará por indicação do Colegiado de curso a cada dois anos.

O Regimento do NDE do Curso de Serviço Social da UFRRJ foi aprovado em reunião de Colegiado de Curso no dia 13 de Março de 2018. Veja o Anexo I sobre o Regimento do NDE.

6.9. Setores de Estudo

A proposta curricular do Curso de Serviço Social, com fulcro nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos em três núcleos de fundamentação da formação profissional, a saber:

1) **Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social**, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;

2) **Núcleo de fundamentos da formação sociohistórica da sociedade brasileira**, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;

3) **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional**, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estagio supervisionado.

Esses três núcleos, que são denominados aqui de setores de estudo, são considerados eixos articuladores da formação profissional, porque congregam uma totalidade de conteúdos necessários à apreensão da particularidade da atividade profissional na realidade. Estes conteúdos se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

6.10. Estrutura Curricular

6.10.1. Componentes Curriculares Obrigatórios

Os componentes curriculares ofertados nos troncos Básico, Intermediário e Profissionalizante obedecem à organização por núcleos de estudo, como apresentado a seguir.

6.10.1.1. Componentes curriculares do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social

- Ciências Sociais: Origens e Atualidades (30h)
- Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural (30h)
- Antropologia Social (60h)
- Conhecimentos filosóficos da Questão Social (60h)
- Psicologia Social (30h)
- Família e Sociedade (60h)
- Relações de Gênero e Questão social (60h)
- Trabalho e Sociabilidade (60h)
- Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (60h)
- Trabalho e Educação do Campo (30h)

6.10.1.2. Componentes curriculares do Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sociohistórica da Sociedade Brasileira

- Política Social I (60h)
- Política Social II (60h)
- Classes Sociais e Movimentos Sociais (60h)
- Desenvolvimento Econômico e Questão Social (60h)
- Legislação Social (60h)
- Política de Saúde Pública (60h)
- Questão Rural e Questão Urbana (60h)
- Meio Ambiente e Questão Social (30h)

6.10.1.3. Componentes curriculares do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

- Introdução ao Serviço Social (60h)
- Pesquisa Social (60h)
- Serviço Social e Processo de Trabalho (60h)
- Serviço Social, Instrumentos Técnicos e Linguagem (60h)
- Previdência e Assistência Social (60h)
- Educação e Serviço Social (60h)
- Fundamentos do Serviço Social I (60h)

- Fundamentos do Serviço Social II (60h)
- Fundamentos do Serviço Social III (60h)
- Fundamentos do Serviço Social IV (60h)
- Ética Profissional e Serviço Social (60h)
- Serviço Social e Política Social (60h)
- Administração e Planejamento Social (60h)
- Estágio Supervisionado em Serviço Social I (150h)
- Estágio Supervisionado em Serviço Social II (150h)
- Estágio Supervisionado em Serviço Social III (150h)
- Oficina de Estágio em Serviço Social I (30h)
- Oficina de Estágio em Serviço Social II (30h)
- Oficina de Estágio em Serviço Social III (30h)
- Seminário de TCC (30h)
- Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (280h)
- Elaboração do Projeto TCC (30h)

6.10.2. Componentes Curriculares Optativos

Os alunos poderão escolher disciplinas a serem cursadas entre o terceiro e oitavo semestres, totalizando uma carga horária mínima de 360 horas, obrigatória para conclusão do currículo pleno.

6.10.3. Atividades Acadêmicas Obrigatórias

6.10.3.1. Estágio Supervisionado

Atendendo à Deliberação 21 de 19 de abril de 2011, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem como objetivos oferecer oportunidade de aprendizagem em ambiente profissional aos alunos do curso de graduação, constituindo-se em instrumento de integração, capacitação para o trabalho, aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, e de relacionamento humano. Visa também proporcionar aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando a contextualização curricular, a articulação teoria-prática, o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho em geral.

O estágio curricular é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe

supervisão sistemática. A supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. Consiste no desenvolvimento de atividade teórico-prática em estabelecimentos governamentais, não-governamentais ou privados, com carga horária equivalente a 15% da carga horária total mínima do curso (3150 h/a). Assim, o Estágio Supervisionado em Serviço Social terá carga horária de 450h e será dividido e três Atividades Acadêmicas: Estágio Supervisionado em Serviço Social I (150h), Estágio Supervisionado em Serviço Social II (150h) e Estágio Supervisionado em Serviço Social III (150h).

Seguindo a Deliberação nº 148 do CEPE, o Colegiado de Curso aprovou no dia 02 de fevereiro de 2017, a aceitação da realização do Estágio Supervisionado (Obrigatório e Não obrigatório) sem a obrigatoriedade da celebração de convênio entre a UFRRJ e a Instituição cedente. Entretanto, caso essa considere imprescindível a realização de convênio, será encaminhado a solicitação de abertura de convênio a Divisão de estágio (DEST). Foi definido também por essa reunião de Colegiado a possibilidade de aceitação da carga horária proveniente de bolsas de extensão, podendo ser de até 100% de aproveitamento, dependendo da carga horária realizada, desde que as atividades de extensão constem no PPP como possível campo de estágio e que o discente tenha sido orientado por um profissional da área de Serviço Social e esteja matriculado e cursando concomitantemente a disciplina “Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II ou III”.

As Oficinas de Estágio em Serviço Social I, II e III são disciplinas que serão realizadas concomitantemente a cada um dos respectivos estágios.

Foi constituída uma Comissão de Estágios que elaborou seu Regulamento. O Regulamento do Estágio Supervisionado foi aprovado pelo Colegiado de Curso no dia 06 de Julho de 2017 e se encontra no Anexo II.

6.10.3.2. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Consiste na sistematização do conhecimento resultante de indagações, preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio vivenciada pelo aluno. O trabalho deverá ser obrigatoriamente elaborado dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sob orientação docente e avaliação de banca examinadora.

A regulamentação específica dessas atividades elaborada e aprovada pelo Colegiado do Curso no dia 13 de março de 2018. Ver Anexo III.

6.10.3.3. Atividades Complementares

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação cientifica, projetos de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades, bem como suas definições, critérios para validação e formas de aproveitamento seguem a definição da Deliberação 78, de 05 de outubro de 2007 e correspondem a, no mínimo, 200 horas.

O Estágio Supervisionado não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, terá sua carga horária computada como Atividade Complementar. O Regulamento das Atividades Complementares foi aprovado em reunião de Colegiado de Curso em 13 de março de 2018, conforme o Anexo IV.

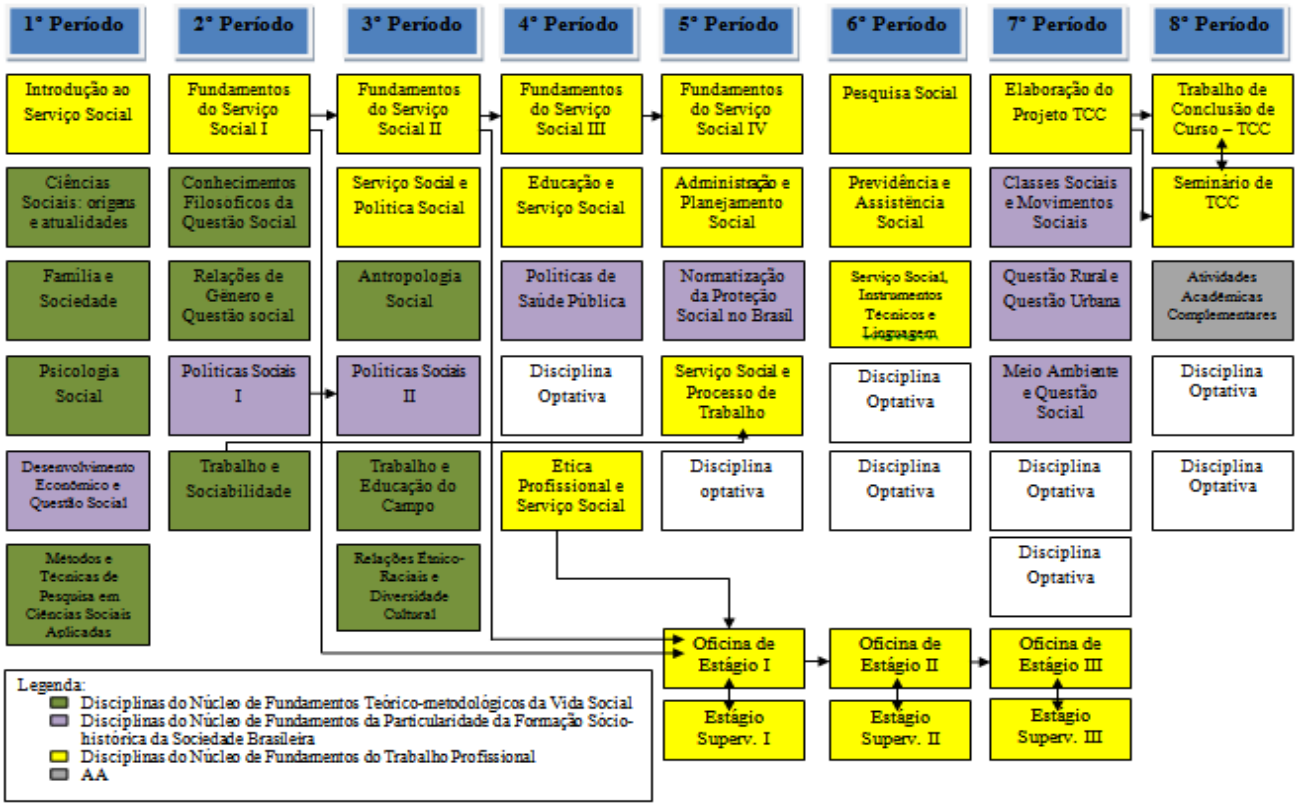
6.11. Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

A formação no curso de Serviço Social atenderá a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão prevista no PDI da UFRRJ, através do incentivo da participação de docentes e discentes em programas internos de ensino, pesquisa e extensão: monitoria, PIBIC/PROIC, BIEXT, bem como de programas/editais externos da mesma natureza.

6.12. Carga Horária do Curso

A Carga horária total é de 3150 h/a, sendo 1860 h/a dos Componentes Curriculares Obrigatórios; 360 h/a dos Componentes Curriculares Optativos; 730 h de Atividade Acadêmica Obrigatória (sendo 450 h de Estágio Supervisionado em Serviço Social e 280 h de Trabalho de Conclusão de Curso) e 200 h de Atividades Complementares Obrigatórias.

6.13. Fluxograma curricular



6.14. Avaliação

6.14.1. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Tratando-se de um projeto inovador deverá ser desenvolvido um sistemático processo de monitoramento pela Pró-reitora de Graduação, possibilitando as correções necessárias à garantia da qualidade da formação oferecida aos alunos do curso. A avaliação dos alunos deverá obedecer à normatização já disponível na UFRRJ e aplicada a todos os seus cursos (PROGRAD).

6.14.2. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do projeto pedagógico deverá ser operacionalizada pelo colegiado do curso, em processo sistemático, formativo e continuo, a ser oportunamente planejado e executado. O Projeto de Avaliação de Curso foi aprovado em Reunião de Colegiado de Curso em 13 de Março de 2018. Veja o Anexo V.

6.15. Estrutura Organizacional do Curso

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro estará subordinado administrativamente ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Atenderá aos requisitos para formação de graduandos em Serviço Social, de acordo com a legislação vigente.

Sua estrutura será composta pelos Departamentos de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH), Departamento de Ciências Sociais (DCS), Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE), Departamento de Psicologia (DPsi) e Departamento de Educação do Campo e Diversidade (DECAMPD) o que revela o caráter interdisciplinar da formação do profissional.

O curso de Bacharelado em Serviço Social pertencendo à mesma área de classificação do CNPq, área de Ciências Sociais Aplicadas, partilha das instalações do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e todos os Departamentos que nele se inserem.

6.16. Recursos humanos para a implementação do curso

O Curso de Serviço Social necessitará de 18 (dezoito) professores, dos quais 12 (doze) professores pertencem ao DEDH e 6 (seis) professores de outros departamentos (DCS, Dpsi, DTPE e DECAMPD).

Dos professores com formação em Serviço Social, que serão responsáveis por disciplinas específicas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, um professor já pertence ao DTPE/UFRRJ e os outros três serão admitidos através de concursos públicos para professor efetivo, advindos de vagas de aposentadorias de docentes do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria com previsão para o período de 2015-2017.

Os primeiros docentes a serem contratados começarão a atuar nos seguintes períodos do curso. O primeiro professor deverá atender demandas de disciplinas alocadas no terceiro (3º) período o que acontecerá no segundo semestre de 2016 e no segundo semestre de 2017 será necessária a contratação de mais dois docentes para atender disciplinas que serão ofertadas a partir do quinto (5º) período do curso.

6.17. Infraestrutura básica do curso

O ICSA possui área construída de aproximadamente 3.050 m^2 distribuída por três prédios: Prédio Principal, Prédio Anexo I e Prédio Anexo II, com acesso por escada e rampas em atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais. A esse espaço foi somado em março de 2009, mais um prédio, o Anexo III – PPG, com mais sete salas de aula, com capacidade que variam entre 50 a 100 pessoas.

O Instituto conta, entre outras, no seu Prédio Principal, com instalações para Diretorias, Coordenações de Curso, Secretarias Administrativas, Copa, Salas de Aula, sala de reuniões, Laboratório de

Informática, sanitários. Além de sanitários para Portadores de Necessidades Especiais, Centro de Leitura e Estudo Rômulo Cavina, e do Auditório "Espaço Cultural Paulo Freire".

PRÉDIO ANEXO I – 4 (quatro) salas para reuniões e estudos dos alunos em grupo, 2 (duas) para estudo individual dos estudantes, Diretórios Acadêmicos, salas de professores e sanitários (feminino e o masculino);

PRÉDIO ANEXO II – 6 salas de aula[3] e 2 (dois) sanitários (um feminino e um masculino);

O Curso contará ainda com o PAT (Pavilhão de Aulas Teóricas) com 33 (trinta e três) salas de aula, 2 (dois) laboratórios de informática e 1 (um) auditório, sob a responsabilidade da Pró-reitoria de Graduação da UFRRJ.

Sala de Coordenação do Curso de Serviço Social – Espaço para a secretaria e para o(a) coordenador(a) e vice-coordenador(a), com dois computadores, 2 impressoras e armários.

Os Estudantes de Bacharelado em Serviço Social contarão ainda com infraestrutura oferecida a todos os estudantes da UFRRJ, como Restaurante Universitário, Biblioteca Central, Posto Médico, Centro Esportivo, Centro de Arte e Cultura e salas de estudos.

6.18. Bolsas para estudantes

A Universidade oferece algumas modalidades de bolsas de apoio ao estudante, como Bolsa de Apoio Técnico, Bolsa de Alimentação, Bolsa de Transporte, entre outras. E programas de bolsas institucionais, como PET, PIBIC/CNPq, PEC-G, BRAMEX, entre outros, que estimulam e apoiam a participação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão.

6.19. Síntese das exigências para obtenção do título

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	**1860h/a**
DISCIPLINAS OPTATIVAS	**360 h/a**
AA = ESTÁGIO OBRIGATÓRIO + TCC	450 + 280 = **730** h
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	**200** h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**3150h**

6.20. Matriz Curricular de Serviço Social para a UFRRJ

PRIMEIRO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos	Carga horária	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
IH829	Introdução ao Serviço Social	4	60	-
IG295	Ciências Sociais: origens e atualidades	2	30	-

[3] Todas as salas de aula estão equipadas com projetor multimídia e computador.

IH830	Família e Sociedade	4	60	-
IH831	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas	4	60	
IH832	Desenvolvimento Econômico e Questão Social	4	60	-
IE208	Psicologia Social	2	30	
Total de créditos no Período		20	300	-

SEGUNDO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos	Carga horária	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
IH833	Fundamentos do Serviço Social I	4	60	-
IE426	Conhecimentos Filosóficos da Questão Social	4	60	-
IH834	Relações de Gênero e Questão social	4	60	-
IH835	Políticas Sociais I	4	60	-
IH836	Trabalho e Sociabilidade	4	60	-
Total de créditos no Período		20	300	-

TERCEIRO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos	Carga horária	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
IH837	Fundamentos do Serviço Social II	4	60	IH833 P
IH838	Políticas Sociais II	4	60	IH835 P
IH839	Serviço Social e Política Social	4	60	-
IH452	Antropologia Social	4	60	-
IH840	Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural	2	30	
IE427	Trabalho e Educação do Campo	2	30	-
Total de créditos no Período		20	300	-

QUARTO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos	Carga horária	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
IH841	Fundamentos do Serviço Social III	4	60	IH837 P
IH842	Políticas de Saúde Pública	4	60	-
IH843	Ética Profissional e Serviço Social	4	60	-
IE628	Educação e Serviço Social	4	60	-
	Optativa	4	60	-

Total de créditos no Período	20	300	-

QUINTO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos horas	Carga horária	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
IH844	Administração e Planejamento Social	4	60	-
IH845	Fundamentos do Serviço Social IV	4	60	IH841 P
IH846	Normatização da Proteção Social no Brasil	4	60	-
IH847	Serviço Social e Processo de Trabalho	4	60	IH836 P
IH848	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I	2	30	AA401 C; IH833 P; IH837 P; IH843 P;
AA401	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	150 h	150 h	IH848 C
	Disciplina Optativa	2	30	-
Total de créditos no Período		20 C./150 h	450 h	

SEXTO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos horas	Carga horária	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
IH849	Previdência e Assistência Social	4	60	-
IH850	Pesquisa Social	4	60	-
IH851	Serviço Social, Instrumentos Técnicos e Linguagem	4	60	-
IH852	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social II	2	30	AA402 C; IH848 P;
AA402	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	150 h	150 h	IH852 C
	Disciplina Optativa	4	60	-
	Disciplina Optativa	2	30	-
Total de créditos no Período		20C./150 h	450 h	

SÉTIMO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos/ Horas	Carga horária	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
IH853	Questão Rural e Questão Urbana	4	60	-
IH854	Classes Sociais e Movimentos Sociais	4	60	-
IH855	Elaboração do Projeto TCC	2	30	-
IH856	Meio Ambiente e Questão Social	2	30	
IH857	Oficina de Estágio em Serviço Social III	2	30	AA403 C; IH852 P;

AA403	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	150 h	150 h	IH857 C
	Disciplina Optativa	4	60	-
	Disciplina Optativa	2	30	-
Total de créditos no Período		20 C./150 h	450 h	

OITAVO PERÍODO

Cód	Disciplina	Créditos/ horas	Carga horária total (h)	Pré-requisito (P)/ Co-requisito (C)
AA404	Trabalho de Conclusão de Curso	280 h	280 h	IH855 P
AA050	Atividades Acadêmicas Complementares	200h	200h	
IH858	Seminário de TCC	2	30	IH855 P
	Disciplina Optativa	4	60	-
	Disciplina Optativa	2	30	-
Total de créditos no Período		8 C./280 h	600 h	-

6.21. Disciplinas optativas

Cód	Disciplina	Créditos	Carga horária
IA297	Geografia da População	2(T1-P1)	30
IA511	Geografia Econômica	4(T2-P2)	60
IA540	Território e História no Brasil	2	30
IA543	Geografia da América Latina	2	30
IE413	Formas de Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil Contemporâneo	2	30
IE623	Textos e Contextos: a produção na universidade	2	30
IE632	Sociedade, Filosofia e Educação	4	60
IH387	Administração de Creches	4(T2-P2)	60
IH447	Extensão Rural	4(T2-P2)	60
IH859	Sociedade e Infância	4	60
IH860	Saúde da Família	2	30
IH861	Terceiro Setor e Serviço Social	2	30
IH862	Sociedade e Envelhecimento	2	30
IH863	Adolescência, Juventude e Cidadania	4	60
IH864	Economia popular solidária e desenvolvimento local	2	30
IH865	Saúde do Trabalhador	4	60
IH866	Serviço Social na Empresa	2	30
IH867	Política Habitacional e Aspectos Sociais	2	30
IH868	Conceitos e estratégias em segurança alimentar	4	60
IH869	Gestão, Controle e Financiamento das Políticas	4	60

	Públicas		
IH870	Serviço Social em Instituições Escolares	4	60
IH873	Política Pública de Lazer	2	30
IH874	Políticas de Segurança Alimentar	4	60
IH876	Reforma Psiquiátrica Brasileira, Luta Antimanicomial e Projeto Ético-Pol. Do Serviço Social	2	30
IH877	Tópicos Especiais em Questão Social	4	60
IH878	Tópicos Especiais em Políticas Sociais	4	60
IH879	Tópicos Especiais em Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social	4	60
IH880	Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social	4	60
IH881	Fundamentos Filosóficos do Serviço Social	4	60
IH882	Oficina Teórico Prática do Serviço Social	2	30
IH902	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	2	30
TS251	Violência na Baixada Fluminense: o capital, o estado e o poder político	4	60

6.22. Ementário das Disciplinas:

Disciplinas Obrigatórias

1º Período		
Cód	**Disciplina**	**Ementas**
IH829	Introdução ao Serviço Social	O Serviço Social e sua institucionalização no contexto da produção e da reprodução das relações sociais. O desenvolvimento do Serviço Social nas bases da expansão do sistema capitalista monopolista brasileiro. O projeto de formação profissional em sua dimensão ético-política e sua direção historicamente construída. O serviço social na contemporaneidade: cotidiano, prática profissional e áreas de atuação.
IG295	Ciências Sociais: origens e atualidades	A Produção social de conhecimento: saber, instituições, poder e ciência. Principais problemas nas ciências sociais: história, objetividade, relatividade e determinismo. Ideologia e ciência. Perspectivas em ciência sociais e a reprodução social.
IH830	Família e Sociedade	História social da família. Abordagem histórica sobre família no Brasil. Família na sociedade moderna ocidental. Famílias no atual contexto brasileiro: os impactos das mudanças estruturais, econômicas e sociais.
IH831	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas	Tipos de Conhecimento e Paradigmas de Pesquisa. Tipos de Pesquisa. Métodos Científicos em Ciências Sociais Aplicadas. Projeto de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Técnicas de Preparação, Apresentação e Redação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos. Formatação dos Trabalhos Científicos.
IH832	Desenvolvimento Econômico e Questão Social	Caracterização sociohistórica da passagem do feudalismo ao capitalismo; A ideologia do trabalho: o trabalho como mercadoria; O assalariado da classe trabalhadora e seus desdobramentos nas relações de classe sociais; Desenvolvimento capitalista e seus críticos marxistas; O caráter capitalista no desenvolvimento econômico brasileiro; O Brasil e a teoria do desenvolvimento dependente. Características e tendências de desenvolvimento capitalista atual.

IE208	Psicologia Social	Objeto e Método da Psicologia Social; Atitudes, Influência Social e Representações Sociais; Problemas Atuais em Psicologia Social.
2º Período		
IH833	Fundamentos do Serviço Social I	O surgimento e a profissionalização do Serviço Social no desenvolvimento da sociedade capitalista – condicionantes históricos, políticos e sociais. Da transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista: a questão social. Aportes históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social Europeu e Norte-americano, além de suas expressões na América Latina, com destaque para o Brasil.
IE426	Conhecimentos Filosóficos da Questão Social	Introdução ao pensamento filosófico, através de seus principais temas e vertentes. Principais correntes filosóficas nos séculos XIX e XX e suas influências no Serviço Social. O conhecimento filosófico frente aos problemas da sociedade: a questão social. O Serviço Social e a práxis filosófica.
IH834	Relações de Gênero e Questão Social	As relações de gênero enquanto construções sociais. Os movimentos de gênero e a cidadania. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero. As políticas sociais e a questão de gênero. Identidade profissional, gênero e Serviço Social.
IH835	Políticas Sociais I	Fundamentos da ciência política. Políticas públicas e políticas sociais. Políticas sociais: objetivos, domínios e meios. O debate teórico sobre política social e questão social. O sistema de proteção social brasileiro. Políticas sociais no Brasil atual. Focalização e universalidade.
IH836	Trabalho e Sociabilidade	Trabalho, cultura e humanização; Modernidade capitalismo e o novo significado do trabalho; O modelo taylorista/fordista: transformações laborais, sociais e políticas; O modelo de acumulação flexível e as transformações das laborais, sociais e políticas; A discussão sobre a perda da centralidade da categoria trabalho.
3º Período		
IH837	Fundamentos do Serviço Social II	O enfrentamento da Questão Social pelo Estado. O serviço social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista: modernização do Serviço Social, suas elaborações teórico-metodológicas do funcionalismo e do estrutural funcionalismo. O Desenvolvimento de Comunidade na América Latina e no Brasil e seu rebatimento no Serviço Social. O processo de erosão do serviço social tradicional na América Latina.
IH838	Políticas Sociais II	Configuração das Políticas Setoriais. Políticas Sociais de seguridade social. Políticas Sociais de Habitação. Políticas de educação. Políticas Sociais a Infância e a Adolescência. Políticas Sociais para pessoas idosas. Políticas Sociais para pessoas com deficiência. Políticas Sociais de Segurança Pública. Política Social de Trabalho e Renda. Política Social de Saúde.
IH839	Serviço Social e Política Social	Política social e Serviço Social. Concepções teórico-críticas sobre o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil: Seguridade Social e Serviço Social. Perspectivas contemporâneas sobre formulação, gestão e controle das políticas sociais. A atuação do assistente social nas políticas sociais.
IH452	Antropologia Social	Abordagens sobre a especificidade da cultura brasileira ou a "invenção" do Brasil; O Brasil na encruzilhada entre a antropologia social e a História. A antropologia social como um modo de ler o mundo social; alteridades ("nós, os brasileiros" e os "outros"). A relativização das diferenças culturais no tempo e no espaço (comparações). Homogeneização cultural X "globalização; usos e abusos da diversidade cultural (o "caso" brasileiro numa perspectiva comparativa).
IH840	Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural	Cultura e hibridismo cultural. O conceito de diversidade e a sua incidência no mundo atual. Cultura afro-brasileira e indígena. Configurações dos conceitos de raça, de etnia e de cor no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas.
IE427	Trabalho e Educação no Campo	As vertentes da Educação: Educação Popular e Educação do Campo; Educação Formal e Modalidades da Educação; Ensino Agrícola no Brasil: políticas, diretrizes; Trabalho e Educação: principais referenciais teóricos; Educação e Trabalho: ensino ou produção? O trabalho como princípio educativo; Ensino Agrícola: concepção, estrutura e superestrutura na educação profissional e tecnológica; A relação profissional-sustentabilidade na atual reestruturação

		produtiva; Globalização/Ensino Médio e Educação Profissional na educação do campo. A formação de professores para o ensino agrícola e a educação do campo; O papel político-pedagógico da licenciatura em Ciências Agrícolas e da Licenciatura em Educação do Campo de processos de educação popular do campo;
4º Período		
IH 841	Fundamentos do Serviço Social III	O Movimento de Desenvolvimento do Serviço Social, intitulado como Reconceituação do Serviço Social e suas expressões na América Latina e, em particular, no Brasil, com destaque para os Documentos produzidos. As expressões do Movimento de Reconceituação, denominadas como Modernização Conservadora, Reatualização do conservadorismo, e Intenção de ruptura. A interlocução e a vinculação com a tradição marxista na formação e na atuação em Serviço Social. O debate profissional nos anos oitenta: a relação entre história, teoria e método. A produção de conhecimento em Serviço Social nos anos 1980 e seus rebatimentos na formação.
IH 842	Política de Saúde Pública	História da Saúde Pública no Brasil: a questão da Saúde nas diferentes conjunturas. Política de Saúde no Brasil. Participação social e controle social na saúde.
IH 843	Ética profissional e Serviço Social	Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas do trabalho profissional. Os códigos de ética na história do Serviço Social brasileiro. O Código de 1993 e sua importância na constituição do projeto ético-político da categoria. O Código de 1993 e a contemporaneidade.
IE 628	Educação e Serviço Social	Construção e mudanças históricas da Educação no Brasil. Papel da escola básica pública para a formação da cidadania popular, em diálogo com as propostas da Pedagogia Social. Análises da política educacional no Estado neoliberal e o papel do Estado Democrático frente à cidadania popular e ao trabalho docente e educativo. Saber pensar e aprender a aprender com base na consciência crítica. Aprendizagem de teor reconstrutivo político. Politicidade da educação: das leis ao campo cultural. Educação e conhecimento no mundo do trabalho e da cidadania. A atuação do Serviço Social na política de educação. Contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social de educação. A inserção dos assistentes sociais: Serviço Social na Educação e Serviço Social Escolar. Atribuições profissionais do assistente social na Educação: sua relação com a escola, com os alunos, com a família.
5º Período		
IH 844	Administração e Planejamento Social	As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho. Planejamento nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos. Função da Administração e Planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.
IH 845	Fundamentos do Serviço Social IV	O redimensionamento da profissão frente às transformações societárias e a construção do projeto profissional. As tendências teórico-metodológicas no Serviço Social na contemporaneidade. Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, trabalho e formação profissional do Serviço Social.
IH 846	Normatização da Proteção Social no Brasil	Antecedentes da constituição dos direitos sociais; Direitos Humanos; Estado Brasileiro, Constituição e Direitos Sociais; A legislação social e as conquistas contemporâneas; Estado Neoliberal e Direitos Sociais;
IH 847	Serviço Social e Processo de Trabalho	A teoria do valor-trabalho em Marx. As particularidades do trabalho nos serviços. O debate teórico da categoria "processo de trabalho" no Serviço Social. A organização do trabalho coletivo no âmbito dos diversos espaços sócio ocupacionais do trabalho do assistente social.
IH 848	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Estágio e supervisão de estágio, legislações e documentos do estágio supervisionado, o significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio ocupacionais. Dimensões constitutivas do trabalho profissional,

		políticas sociais e a população usuária: suas condições de vida e de trabalho.
AA401	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	OBJETIVO DA ATIVIDADE: Oportunizar ao estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológico e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão.
6º Período		
IH 849	Previdência e Assistência Social	Seguridade Social no Brasil. Seguridade e Projeto ético- político do Serviço Social. A Previdência Social no Brasil. Serviço Social e Previdência Social. Assistência Social no Brasil. Serviço Social e a Política de Assistência Social. Gestão, financiamento e controle social da Previdência Social e Assistência Social.
IH 850	Pesquisa Social	Introdução à prática investigativa, considerando os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa na produção de conhecimentos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho profissional e como subsídio para a produção de conhecimento sobre os processos sociais e a reconstrução do objeto da ação profissional. A inserção do Serviço Social no cenário da pesquisa acadêmica e na produção de conhecimento crítico. Ética em pesquisa a partir dos princípios do Código de Ética dos assistentes sociais. Introdução à dimensão Prática da pesquisa social.
IH 851	Serviço Social, Instrumentos Técnicos e Linguagem	Linguagem e instrumentalidade como categorias ontológicas do ser social. O desenvolvimento das estratégias profissionais via conhecimentos teóricos. A dimensão técnico-operativa para o trabalho profissional. A instrumentalidade do Serviço Social e as metodologias de ação: concepção, elaboração e aplicação de instrumentos e de técnicas. Processos instrumentais e avaliativos no Serviço Social, pela compreensão sócio-histórica dos instrumentos, em suas diversas manifestações pela linguagem.
IH 852	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social II	A experiência do estágio à luz do projeto ético-político, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Desenvolvimento de habilidades que possibilitem realizar o levantamento de informações sobre as demandas apresentadas pelos usuários. Estratégias de operacionalização e sistematização do registro profissional. Perfil socioeconômico e cultural dos usuários. Elaboração e desenvolvimento de um projeto de intervenção do Serviço Social, vinculado ao campo de estágio.
AA402	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	OBJETIVO DA ATIVIDADE: Oportunizar ao estudante o estabelecimento de relações mediadas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão.
7º Período		
IH 853	Questão Rural e Urbana	O conceito de terra, território, campo/cidade e rural/urbano na teoria social crítica. A questão rural no Brasil e a unidade das expressões da questão social no campo e na cidade, as especificidades nacionais e as particularidades do Estado do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. A estrutura fundiária no campo, a especulação imobiliária, o direito ao campo e à cidade e seus impactos e desafios para a luta da classe trabalhadora.
IH 854	Classes Sociais e Movimentos Sociais	Perspectivas teóricas e conceituais sobre classes sociais e sociedade civil. O Estado capitalista e a luta de classes. Teorias sobre movimentos sociais. Movimentos sociais e as lutas sociais no cenário contemporâneo e suas relações com as opressões de classe, gênero e raça/etnia.
IH 855	Elaboração do Projeto TCC	Caracterização da pesquisa em TCC. Elaboração e/ou consolidação de uma proposta de atividade investigativa sobre temática relacionada ao Serviço Social, podendo ser priorizada questões problematizadas durante a experiência de estágio, de ensino, de pesquisa e/ou de extensão, visando à construção do TCC. Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa.
IH 856	Meio Ambiente e	A trajetória histórica da relação meio ambiente e desenvolvimento capitalista;

	Questão Social	Meio ambiente, Sociedade civil, movimentos sociais e Estado; Meio Ambiente e Marxismo: dilemas entre Responsabilidade Social e sustentabilidade ambiental; As profissões e seu exercício profissional diante da Responsabilidade Socioambiental.
IH 857	Oficina de Estágio em Serviço Social III	A experiência do estágio à luz do projeto ético-político, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Desenvolvimento de habilidades que possibilitem analisar e avaliar a execução do projeto de intervenção. Sistematização do exercício profissional e avaliação da relação teoria e prática (supervisão de estágio e a elaboração do plano de estágio e supervisão).
AA403	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	OBJETIVO DA ATIVIDADE: Oportunizar ao estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológico e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão.
8º Período		
AA404	Trabalho de Conclusão de Curso	OBJETIVO DA ATIVIDADE: Desenvolver o projeto de pesquisa, a partir de diferentes fontes de dados; analisar e organizar os dados levantados e expô-los de forma sistemática, com base nas normas da ABNT, em forma de uma monografia.
IH 858	Seminário de TCC	Elementos discursivos nas Ciências Sociais. Caracterização da pesquisa de fim de Curso em Serviço Social. Elaboração discursiva do TCC. Das estruturas narrativas possíveis à apresentação de uma pesquisa em Serviço Social, no âmbito de um TCC.

Disciplinas Optativas

DISCIPLINAS OPTATIVAS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII		
Cód	**Disciplina**	**Ementas**
IA297	Geografia da População	População mundial: história e espaço geográfico. Teoria da transição democrática. Fontes de dados. Movimentos migratórios e mobilidade populacional. Natalidade, mortalidade, crescimento natural e vegetativo. Composição e técnicas de mensuração: etária, por sexo, étnica e estudos de PEA. Medidas de densidade e distribuição populacional. Processos de projeção populacional e tendências de mobilidade. Desigualdades regionais e o Planejamento. Estudos de caso.
IA511	Geografia Econômica	Conceitos básicos do estudo econômico. Questões e temas da economia nacional. Os significados do desenvolvimento e do subdesenvolvido. O espaço da produção econômica. Relação entre Estado e desenvolvimento econômico. Circuitos espaciais da produção e cadeias produtivas.
IA540	Território e História no Brasil	Geografia, Historia e História da geografia; Geografia humana como história territorial; conceito de território; Formação territorial e políticas ambientais no Brasil; Território, globalização e periferia. Trabalho de campo previsto.
IA543	Geografia da América Latina	Geografia, colonização e geopolítica do continente americano. Os regimes militares, as lutas por emancipação e a nova integração econômica. A especificidade dos problemas da América Latina. As metrópoles latino-americanas: problemas e perspectivas.
IE413	Formas de Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil Contemporâneo	O curso propõe a compreensão do papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo no Brasil: Governo Vargas e Governo JK. Ditadura Militar, o nacional-desenvolvimentismo e sua crise. A modernização conservadora da agricultura. Movimentos sociais e política econômica da Nova República. Crise da dívida externa e políticas de liberalização econômica. Nacional-desenvolvimentismo e neoliberalismo: um balanço comparativo. A era da indeterminação das representações das classes sociais e a dialética do anti-valor na economia brasileira em tempos de hegemonia do capital financeiro.
IE623	Textos e Contextos: a produção na	Leitura e escrita de textos acadêmicos. Fundamentos teóricos de composição do texto na universidade. Variedade padrão da Língua e sua fundamentação teórica.

	Universidade	A escrita segundo a ABNT.
IE623	Sociedade, Filosofia e Educação	Através de estudo crítico-interpretativo,desenvolveranálise do processo históricoem suas diferentes nuances, como a vivência cultural dos povos, a organização política e social,a arte, a filosofia e excepcionalmente a educação, em contextos balizados pelos modos de produção como o escravista,feudal, capitalista, por se tratarem de elementos fundantes para a compreensão elinquê Moderno e suas mediações com a sociedade civil.
IH387	Administração de Creche	Introdução ao estudo de creche. Espaço físico e montagem. Organização administrativa. A rotina na creche.
IH447	Extensão Rural	Extensão e Desenvolvimento Rural. A questão tecnológica. As bases da Agricultura Sustentável. Modelos de Extensão. Técnicas sociais utilizadas na Extensão Rural
IH859	Sociedade e Infância	A Construção Social do Conceito de Infância. A Infância no Mundo Contemporâneo. A Construção Sócio-Histórica da Infância no Brasil. Crianças com Direitos violados. Infância e Violência.
IH860	Saúde da Família	Organização, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. A Atenção Primária a Saúde e a Estratégia da Saúde da Família. A inserção dos Assistentes Sociais na Estratégia de Saúde da Família.
IH861	Terceiro Setor e Serviço Social	Acumulação Flexível e Estado Neoliberal. Terceiro Setor e Sociedade Civil. Gestão das organizações do Terceiro Setor – diferentes formas organizacionais e suas articulações com as políticas públicas. Natureza e ação socioeconômica de organizações não governamentais, fundações, institutos, cooperativas, associações comunitárias, organizações da sociedade civil de caráter público (OSCIP), organizações sociais (OS) e de entidades filantrópicas. Trabalho Profissional do Serviço Social nos espaços do Terceiro setor.
IH862	Sociedade e Envelhecimento	Questão social e Envelhecimento Populacional. Políticas públicas para o idoso no Brasil e os espaços de controle democrático. A sociedade contemporânea e o idoso. Espaços Institucionais da Velhice.
IH863	Adolescência, Juventude e Cidadania	Adolescência e juventude como construção social. Culturas e expressões juvenis. Questões contemporâneas. Exclusão e inclusão social. Ações governamentais e não governamentais de atendimento à adolescência e juventude.
IH864	Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Local	Análise Crítica de Modelos de Organização Sócio-Econômica. Economia Popular Solidária. Desenvolvimento Local. A Economia Solidária no Contexto do Desenvolvimento Local.
IH865	Saúde do Trabalhador	A Categoria Trabalho: Breve histórico conceitual da categoria trabalho; Processo de Trabalho; Relações de Trabalho. A saúde do trabalhador e sua evolução sócio-histórica. O processo de saúde-doença-trabalho, suas determinações e diferentes manifestações. Políticas públicas no contexto histórico-contemporâneo, na perspectiva dos direitos sociais. Projeto Ético-político do Serviço Social e sua relação com a Saúde do Trabalhador.
IH866	Serviço Social na Empresa	Transformações societárias e trabalho profissional do Serviço Social; Responsabilidade social das Empresas; Trabalho profissional do Serviço Social nas empresas e projeto ético político do Serviço Social.
IH867	Política Habitacional e Aspectos Sociais	Período Colonial ao Republicano: condições estruturais das cidades e a necessidade de moradia para os trabalhadores urbanos. A Era Vargas e as condições de moradia nas cidades. Governo Militar e a produção de moradias. Governo Democrático e os Rumos da Questão Habitacional. Programa Habitacional do PT: de Lula a Dilma.
IH870	Serviço Social em Instituições Escolares	Trajetória da Educação brasileira a partir do século XX. Educação e principais abordagens pedagógicas. Institucionalização da Educação e a política educacional. Modelos e expressões de instituições escolares. Serviço Social, educação e instituições escolares. Assistente social e sua relação com os demais profissionais da educação.
IH873	Política Pública de Lazer	O lazer enquanto direito: a dinâmica produtora de um fenômeno social. As disputas e a invisibilidade do lazer enquanto direito. Iniciativas nacionais para fomento de políticas públicas de lazer. Iniciativas internacionais para fomento de políticas públicas de lazer.
IH874	Políticas de Segurança	Indicadores do desenvolvimento humano. Sistema Único de Saúde.Situação

	Alimentar	alimentar e seus reflexos na Segurança Alimentar.Políticas públicas na área de alimentação. Segurança alimentar. Segurança alimentar e a intersetorialidade.
IH876	Reforma Psiquiátrica Brasileira, Luta Antimanicomial e Projeto Ético-Político Do Serviço Social	A constituição sócio-histórica da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial brasileira. Desinstitucionalização, Atenção Psicossocial e os serviços substitutivos. O trabalho do assistente social na saúde mental e a efetivação do projeto ético-político.
IH902	Libras	Contextualizar as políticas públicas educacionais voltadas para as pessoas surdas e com deficiência auditiva estabelecendo as diferenças entre os conceitos de forma articulada com os movimentos sociais em defesa de seus direitos; Apresentar aspectos conceituais e filosóficos da cultura e identidade surda (o surdo no mundo ouvinte); Discutir a relação linguagem e surdez, bem como as implicações sócio-psico-linguísticas da surdez no processo de ensino-aprendizagem; Refletir sobre a atuação e as implicações do intérprete da Língua Brasileira de Sinais no processo de inclusão escolar de alunos surdos; Aprofundar as noções linguísticas básicas da LIBRAS
IH877	Tópicos Especiais em Questão Social	Temas contemporâneos, resultados de pesquisas, estudos comparados e polêmicas sobre a questão social.
IH878	Tópicos Especiais em Políticas Sociais	Temas contemporâneos, resultados de pesquisas, estudos comparados e polêmicas sobre as políticas sociais internacionais e brasileiras.
IH879	Tópicos Especiais em Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social	Temas contemporâneos, resultados de pesquisas, estudos comparados e polêmicas no campo dos Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos e Filosóficos do Serviço Social.
IH880	Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social	Trabalho e as Relações de Gênero. Mundo do trabalho e as opressões no cenário contemporâneo. Interseccionalidade e as relações de gênero, raça/etnia e classe social.
IH881	Fundamentos Filosóficos do Serviço Social	Filosofia como busca do fundamento e do entendimento humano. Correntes filosóficas e as influências sobre a pessoa, a sociedade e o Serviço Social. Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, positivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social. Influência das correntes filosóficas na formação dos discursos e práticas sociais.
IH882	Oficina Teórico Prática do Serviço Social	O exercício profissional e as suas dimensões constitutivas. Dimensão técnico-operativa: instrumentalidade, instrumentos e técnicas de intervenção profissional.
IH902	Libras	Contextualizar as políticas públicas educacionais voltadas para as pessoas surdas e com deficiência auditiva estabelecendo as diferenças entre os conceitos de forma articulada com os movimentos sociais em defesa de seus direitos; Apresentar aspectos conceituais e filosóficos da cultura e identidade surda (o surdo no mundo ouvinte); Discutir a relação linguagem e surdez, bem como as implicações sócio-psico-linguísticas da surdez no processo de ensino-aprendizagem; Refletir sobre a atuação e as implicações do intérprete da Língua Brasileira de Sinais no processo de inclusão escolar de alunos surdos; Aprofundar as noções linguísticas básicas da LIBRAS.
TS251	Violência na Baixada Fluminense: o Capital, o Estado e o Poder Político	Antecedentes da violência na Baixada Fluminense; Golpe militar e a formação dos Esquadrões da Morte; Estrutura e funcionamento dos grupos de extermínio; Abertura política e consolidação dos grupos de extermínio; Ascensão política dos matadores; Milícias e a reconfiguração da economia política do crime organizado; Recentes projetos políticos e vínculos com o crime; As grandes chacinas; Unidades de Polícia Pacificadora e a nova geopolítica do crime na Baixada Fluminense.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CRESS 7ª R. **Assistente social: ética e direitos – Coletânea de leis e resoluções**. 4 ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE, **Primeiros resultados do Censo 2010: Rio de Janeiro**, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf>, Acesso em: 11 mar.2011.

_____, **IBGE :: Cidade@ :: Seropédica – RJ**, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330555>, Acesso em 13 jan. 2011.
INEP, **IDEB – Resultados e Metas**, Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>, Acesso em: 11 mar. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002

PORTAL SEROPÉDICA, **Bairros e Associações**. Disponível em: <http://www.portalseropedica.com.br/seropedica/bairros_e_associacoes.htm>, Acesso em: 11 mar. 2011

UFAL. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Palmeiras do índios/Alagoas. Outubro, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Jorge/Downloads/sso-arapiraca.pdf>, Acesso em 21 de jun. 2012.

UFRRJ. **Projeto Político Pedagógico**: Curso de Graduação em Direito. Seropédica/Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/graduacao/arquivos/docs_academico/delib_cepe_138_2008.pdf Acesso em: 29 de jan. 2013.

UFVJM. **Projeto Pedagógico**: Curso de Serviço Social. Teófilo Otoni/Minas Gerais. Outubro, 2007. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu/eixo-de-disciplinas/doc_view/58-projeto-pedagogico-servico-social-.html>. Acesso em 21 de jun. 2012.

UNIRIO. **Projeto Pedagógico:** Curso de Serviço Social – Bacharelado. Rio de Janeiro, 2009. Disponivel em: <http://www2.unirio.br/unirio/prograd/cursos/projetos-pedagogicos-dos-cursos/arquivos/Projeto%20do%20Curso%20de%20Servico%20Social%20Versao%20Final%2002%20de%20outubro-1.pdf>. Acesso em 27 jan. 2013.

ANEXOS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Graduação em Serviço Social

ANEXO I

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE – DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Seropédica, Rio de Janeiro, 2018[4]

Capítulo I
Da Natureza e das Finalidades

Art. 1º – O presente Regimento Interno disciplina a criação, as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em conformidade com a Resolução CONAES n.º 01, de 17 de junho de 2010, e o Parecer CONAES n.º 04, de 17 de junho de 2010, que dispõem sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de cursos e instituições e cursos superiores; bem como a obrigatoriedade de implantação de Núcleos Docentes Estruturantes no âmbito dos cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior.

Art. 2º – O Núcleo Docente Estruturante – NDE – do Curso de Serviço Social da UFRRJ é um órgão de apoio ao Colegiado do Curso e tem função consultiva, avaliativa, propositiva e de assessoramento no que diz respeito à matéria de natureza eminentemente acadêmica do referido curso.

[4] Primeira versão aprovada em Reunião de Colegiado de 03 de Dezembro de 2015. Segunda versão, revista e atualizada, de 13 de Março de 2018, pela equipe da coordenação, a saber: Professoras Fabrícia Vellasquez Paiva, Simone da Cunha Tourino Barros e Daiane Estevam Azeredo.

Parágrafo único – Sendo um órgão de caráter consultivo, todas as recomendações emitidas pelo NDE deverão ser apreciadas pelo Colegiado do Curso de Serviço Social que, em caso de aprovação, deverão ser encaminhadas aos conselhos e aos órgãos superiores para providências. Em havendo alguma posição contrária, a matéria deverá ser reencaminhada ao NDE juntamente com o parecer escrito para que a mesma seja reavaliada.

Art. 3º **–** É vedado ao Núcleo Docente Estruturante – NDE – do Curso de Serviço Social apreciar matéria que não se relacione exclusivamente com os interesses acadêmicos do curso.

Capítulo II
Das Atribuições

Art. 4º **–** São atribuições do Núcleo Docente Estruturante – NDE – do Curso de Serviço Social da UFRRJ:

a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e dos objetivos gerais do curso estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

b) Propor as providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino, com o acompanhamento contínuo de avaliação a cada semestre;

c) Encaminhar propostas de organização, de funcionamento e de avaliação das atividades de Ensino, de Estágio Supervisionado, bem como Atividades Complementares e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's);

d) Zelar pela integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico, e pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular do curso;

e) Contribuir para a elaboração e o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso – PPC – definindo sua concepção e seus fundamentos;

f) Avaliar os programas das disciplinas do curso, no que tange à ementa, aos objetivos, ao conteúdo programático e ao referencial bibliográfico, propondo adequações ao PPC, quando couber;

g) Encaminhar propostas de reestruturação curricular ao Colegiado do Curso para aprovação;

h) Recomendar a aquisição de títulos bibliográficos e de outros materiais pedagógicos necessários à manutenção das boas práticas pedagógicas do curso;

i) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e de extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

j) Propor cronograma das atividades do curso;

k) Sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento do curso;

l) Contribuir para a elaboração de uma matriz curricular que contemple obrigatoriamente a formação generalista do assistente social e as atribuições profissionais previstas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993);

m) Zelar pelo pleno cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais previstas na Resolução CNE/CES n.º 02, de 17 de junho de 2010, e das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no dia 08 de novembro de 1996;

n) Propor e participar das formas de avaliação do Curso.

Capítulo III
Da Composição

Art. 5º – O Núcleo Docente Estruturante – NDE – do Curso de Serviço Social deve ser constituído da seguinte forma:

a) Coordenador(a) e Vice-Coordenador(a) do Curso de Serviço Social, sendo o(a) primeiro(a) seu(sua) presidente.

b) Ser constituído pelo mínimo de 05 (cinco) docentes do corpo docente que ministra aula no curso.

c) Ter experiência de magistério superior de, no mínimo, 02 (dois) anos;

d) Pertencer ao corpo docente permanente da UFRRJ.

Art. 6º – A escolha dos representantes docentes no NDE será feita em reunião do Colegiado do Curso de Serviço Social. Os indicados deverão estar preferencialmente entre os membros deste, atuando com regularidade, em atividades acadêmicas do Curso.

Art. 7º – O mandato dos representantes docentes no NDE será de 02 (dois) anos, podendo haver recondução por mais 02 (dois) anos, com aprovação do Colegiado do Curso.

Art. 8º – A ausência não justificada do representante, na forma do Regimento Geral da UFRRJ, a 02 (duas) reuniões do NDE, poderá implicar em sua substituição por outro indicado pelo Colegiado do Curso.

Art. 9º – Deverão ser adotadas, pelo Colegiado do Curso de Serviço Social, estratégias de renovação parcial, no período supracitado, garantindo, desta forma, a continuidade qualitativa na direção pedagógica do Curso e dos trabalhos do NDE.

Capítulo IV
Da Titulação e da Formação Acadêmica dos Docentes

Art. 10º – Os docentes que compõem o NDE deverão possuir titulação acadêmica obtida em Programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Capítulo V
Do Regime de Trabalho dos Docentes

Art. 11º – O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso do Curso de Serviço Social deve ser formado exclusivamente por docentes vinculados como servidores efetivos da UFRRJ.

Capítulo VI
Das atribuições do(a) Presidente do NDE

Art. 12º – Ao(À) Presidente do NDE compete:

a) Coordenar e supervisionar os trabalhos do NDE;

b) Organizar a pauta, convocar e presidir as reuniões do NDE;

c) Exercer o voto de qualidade, quando ocorrer empate nas votações;

d) Encaminhar as propostas do NDE ao Colegiado do Curso para a deliberação;

e) Designar um representante docente para secretariar e lavrar as atas do NDE;

f) Representar o NDE sempre que assim for necessário;

g) Promover a articulação com os demais Núcleos da Instituição;

h) Encaminhar e resolver questões de ordem.

Parágrafo único – Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador(a) do Curso, a presidência do NDE será exercida pelo Vice-Coordenador(a) do Curso.

Capítulo VII
Das Reuniões do NDE

Art. 13º – O Núcleo Docente Estruturante se reunirá periodicamente no decorrer dos períodos letivos.

§ 1º – A convocação de todos os seus membros é feita pelo(a) Coordenador(a) do Curso, mediante aviso expedido pela presidência, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião;

§ 2º – Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o "caput" deste artigo, desde que todos os membros do NDE do Curso Serviço Social da UFRRJ tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados;
§ 3º – As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 14º – Todo membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Serviço Social tem direito à voz e a voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.
Art. 15º – O quórum mínimo para realização de reunião deve ser de no mínimo 50% (cinquenta por cento) e mais 01 (um) do número total de membros do NDE.

Capítulo VIII
Das Disposições Transitórias

Art. 16º – Os critérios adotados quanto à titulação, formação acadêmica e regime de trabalho obedecem ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, do Ministério da Educação.

Capítulo IX
Das Disposições Finais

Art. 17º – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão discutidos em reunião do Núcleo Docente Estruturante e encaminhados ao Colegiado do Curso de Serviço Social para deliberação.
Art. 18º – Este regimento poderá ser revisto a qualquer tempo, desde que solicitado por pelo menos 2/3 (dois terços) do total de membros do NDE.
Art. 19º – O presente Regimento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social e pelo CONSUNI-ICSA.

Aprovado em Reunião de Colegiado de Curso em 13 de Março de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO II

Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social

O colegiado do Curso de Serviço Social[5], a partir do trabalho realizado pela Comissão de Elaboração do Regulamento de Estágio do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRRJ[6], no uso de suas atribuições, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Regulamentar o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, observando as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS/MEC), a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/1993), o Código de Ética profissional do Assistente Social (1993), a Lei que dispõe sobre o estágio de estudantes (nº 11.788/2008), a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), todas as Resoluções do CFESS sobre a matéria de estágio, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRRJ.

Art. 2º - O Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória, indispensável à integralização do processo de formação acadêmica do (a) estudante e condição para obtenção de diploma no Curso de Serviço Social.

[5] Regulamento aprovado em reunião de Colegiado de Curso em 06 de Julho de 2017.

[6] Comissão instituída pela Portaria nº 54, de 11 de maio de 2016 e alterada pela Portaria nº 004, de 19 de janeiro de 2017.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES
DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Art. 4º - Existem duas modalidades de Estágio Curricular em Serviço Social, que são: obrigatório e não-obrigatório.

Art. 5º - Considera-se Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social a atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do (a) estudante em espaços sócio-institucionais onde trabalham os/as assistentes sociais que possibilitem condições de aprendizagem do trabalho profissional, sob supervisão acadêmica e de campo.

§ 1º Como componente curricular estratégico, o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social possibilita a articulação entre as unidades curriculares e as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que conformam o exercício profissional.

Art. 6º- O estágio curricular não-obrigatório é um ato educativo de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos-práticos recebidos pelo estudante ao longo das atividades de ensino e de aprendizagem e obedecerá a legislação específica (Lei 11.788/2008)**,** bem como as normas e diretrizes da Política Nacional de Estágio em Serviço Social da ABEPSS e do Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social.

§ 1º Para realização do Estágio Curricular não-obrigatório faz-se necessário atender os seguintes requisitos:

a) inserção discente em atividades atinentes ao exercício da profissão;

b) garantia de supervisão acadêmica e de campo;

c) exigência de relatórios semestrais;

d) documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio;

e) ter cursado e ter sido aprovado nas disciplinas de Ética Profissional e de Fundamentos histórico-teórico-metodológicos do Serviço Social I e II;

f) o(a) docente responsável pela supervisão deste estágio deverá acompanhar o(a) estagiário(a) por meio de encontros com os(as) estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades discentes previstas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) ao exercício da profissão de Serviço

Social; acompanhamento do instrumento comprobatório da frequência no campo; orientação e avaliação dos relatórios elaborados pelo(a) estagiário(a).

Parágrafo Único: Em nenhuma hipótese a realização do estágio não-obrigatório substituirá o estágio obrigatório

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DAS RELAÇÕES NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Seção I

Da Indissociabilidade entre Estágio e Supervisão

Art. 7º - Como processo didático-pedagógico integrante do projeto de formação profissional, o Estágio Supervisionado em Serviço Social pressupõe, por natureza, a indissociabilidade entre estágio e supervisão.

Parágrafo Único: É obrigatória a supervisão direta de estágio na formação em Serviço Social em duas dimensões distintas e indissociáveis de acompanhamento e de orientação: a *supervisão acadêmica*, atividade docente, de responsabilidade do (a) professor (a), com formação em Serviço Social, no âmbito do curso; e a *supervisão de campo*, atividade profissional, do (a) assistente social, vinculado (a) ao campo de estágio.

Seção II

Da Formalização do Estágio Supervisionado em Serviço Social

Art. 8º - A formalização do Estágio Supervisionado em Serviço Social será assegurada mediante o acordo de cooperação firmado entre a Universidade, o Campo de Estágio ou parte concedente de estágio e o (a) estudante estagiário (a) e, consubstanciado no Termo de Convênio, quando exigido pelo campo de estágio, no Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Estágio.

Parágrafo Único: os documentos de estágio (Termo de compromisso, Ficha cadastral do campo de estágio, plano de estágio, Relatório de estágio, lista de frequência, avaliação do supervisor de campo e documento para envio ao CRESS) devem ser assinados e carimbados pelas partes

envolvidas e/ou assinados, mencionando número de matrícula, no caso dos alunos; e do CRESS, para os supervisores de Campo e Acadêmico.

Seção III

Da Carga Horária de Estágio

Art. 9º - A carga horária mínima e obrigatória da atividade de estágio no Curso de Serviço Social da UFRRJ é de 450 horas e deve ser cumprida durante os últimos períodos letivos estabelecidos no calendário escolar da Universidade, sendo, ainda, distribuída da seguinte forma:

I. 150 horas, no 5º período;
II. 150 horas, no 6º período;
III. 150 horas, no 7º período.

§ 1º É vedado ao estagiário (a) o cumprimento da carga horária total e obrigatória de estágio em um único semestre.

§ 2º O (a) estagiário (a) deve cumprir integralmente o total da carga horária exigida no estágio, conforme dispõem as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

§ 3º A ausência injustificada do (a) estagiário (a) no Campo de Estágio em período superior a 30 (trinta dias) configurará abandono e desligamento do estágio.

Art. 10º - O Estágio Supervisionado em Serviço Social será dividido em três Atividades Acadêmicas: Estágio Supervisionado em Serviço Social I (150h), Estágio Supervisionado em Serviço Social II (150h) e Estágio Supervisionado em Serviço Social III (150h).

Art. 11º - As Oficinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III são disciplinas que serão realizadas concomitantemente a cada uma das respectivas Atividades Acadêmicas citadas acima, que correspondem, juntas, ao Estágio Supervisionado em Serviço Social.

§ 1º - É obrigatória a matrícula na disciplina de Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social para realização de todo o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social.

§ 2º- É obrigatório ter cursado, com aproveitamento e com aprovação, as disciplinas de **Fundamentos do Serviço Social I** e **Fundamentos do Serviço Social II** e **Ética Profissional e Serviço Social** para matrícula na disciplina de Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I.

Art. 12º - A jornada de atividade em estágio deve ser compatível com as atividades acadêmicas, e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO IV
DA SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO

Art. 13º - A Supervisão Acadêmica de Estágio é unidade curricular obrigatória, voltada à formação e à discussão teórico-crítica do trabalho profissional, sendo responsável por acompanhar, orientar e qualificar o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social.

Art. 14º - Tendo como eixo norteador os núcleos de fundamentação da formação profissional e a direção social da profissão, a Supervisão Acadêmica de Estágio tem por objetivo construir mediações teórico-críticas do trabalho profissional do Serviço Social, a partir das experiências do (a) estagiário (a), com ênfase na apreensão da realidade social e das particularidades dos campos de estágio.

Art. 15º - Como unidade curricular diferenciada, a Supervisão Acadêmica de Estágio, vinculada à disciplina de Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social deve ser organizada em turmas de no máximo 15 (quinze) estudantes que estejam inseridos em processos de Estágio Supervisionado em Serviço Social, conforme diretrizes da ABEPSS.

Art. 16º - O (a) estudante (a) deve se matricular, obrigatoriamente, na Atividade Acadêmica Estágio Supervisionado em Serviço Social e na disciplina Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social, pertinente ao período em que estiver cursando e iniciar o Estágio Supervisionado em Serviço Social até o prazo de aproximadamente 30 dias letivos a contar do início de cada semestre.

Seção II
Do Campo de Estágio

Art. 17º - Considera-se Campo de Estágio ou parte concedente de estágio as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com atuação na área de Serviço Social, observadas as seguintes condições:

I. Celebrar Termo de Convênio com a UFRRJ, caso a instituição não aceite apenas a celebração do Termo de Compromisso de Estágio;

II. Celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a UFRRJ e o (a) estudante, zelando por seu cumprimento;

III. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem na área de formação;

IV. Indicar assistente social de seu quadro de pessoal, para supervisionar estagiário (a), na proporção indicada no Parágrafo único do art. 3º da Resolução nº 533/2008 do CFESS: 1 (um) estagiário (a) para cada 10 (dez) horas de trabalho semanal.

V. Assegurar a disponibilidade do (a) assistente social supervisor (a) de campo para acompanhamento presencial da atividade de estágio, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as "condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social".

Parágrafo único: É condição para formalização que os Campos de Estágio tenham, em seu quadro funcional, assistente social devidamente inscrito e em situação regular junto ao CRESS.

Art. 18º - As atividades de extensão podem ser caracterizadas como Campo de Estágio, desde que o projeto e/ou programa de extensão tenha um (a) docente assistente social como seu coordenador (a) e/ou membro da equipe, de modo a atender as prerrogativas do Estágio Supervisionado obrigatório em Serviço Social, conforme Política Nacional de Estágio Supervisionado em Serviço Social pela ABEPSS.

Parágrafo único: sugere-se que não haja acúmulo nas funções de supervisor (a) de campo e de supervisor (a) acadêmico (a). O (a) docente, ao assumir a função de supervisor (a) acadêmico (a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos, conforme descrito na Política Nacional de Estágio Supervisionado em Serviço Social da ABEPSS.

Art. 19º - Recomenda-se a permanência do estagiário (a) no mesmo campo de estágio.

Art. 20º - Ao final de cada semestre, a Coordenação de Estágio poderá deliberar sobre a mudança de campo estágio mediante solicitação fundamentada do (a) estagiário (a), do (a) Supervisor (a) de Campo ou indicação da Supervisão Acadêmica de Estágio.

§ 1º Após a formalização do pedido, com ciência das partes envolvidas (estagiário (a), supervisor (a) de campo e acadêmica), e conforme modelo em anexo e análise da justificativa, a Coordenação de Estágio emitirá parecer.

§ 2º A mudança só se efetivará após a autorização da Coordenação de Estágio.

Art. 21º - No processo de estágio, o (a) estagiário (a) deve cumprir as seguintes atribuições previstas na Política Nacional de Estágio (ABEPSS):

I. Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas do Campo de Estágio;

30. Apresentar a documentação de formalização do estágio solicitada pela Coordenação de Estágio.

30. Elaborar o seu Plano de Estágio em conjunto com o (a) supervisor (a) de campo e o supervisor (a) acadêmico (a).

IV. Informar ao supervisor (a) acadêmico (a), ao supervisor (a) de campo e/ou ao coordenador (a) de estágio e de Curso, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;

30. Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;

VI. Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos (as) supervisores (as), de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;

30. Comunicar e justificar com antecedência ao (a) supervisor (a) acadêmico (a), ao (a) supervisor (a) de campo e/ou ao (a) coordenador (a) de estágio, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas à sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;

VIII. Apresentar ao (a) coordenador (a) de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde, de modo a incluir em sua pasta de documentação de estágio;

IX. Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;

X. Reconhecer o processo de Estágio como elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção se constituam na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;

XI. Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;

XII. Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

Art. 22º - É vedado ao (a) estagiário (a) apresentar-se como assistente social.

Art. 23º - O credenciamento dos campos de estágio onde o(a) estagiário(a) já apresenta vínculo empregatício, terá sua viabilidade condicionada a situações nas quais sejam esgotadas todas as possibilidades do(a) estudante se inserir como estagiário (a) em outro local, mediante avaliação da coordenação de Estágio Supervisionado em serviço Social e do Colegiado do Curso de Serviço Social da UFRRJ.

§ 1º Para a Coordenação de Estágio Supervisionado em Serviço Social emitir seu parecer, para futura apreciação do Colegiado do Curso de Serviço Social, o (a) aluno (a) deverá apresentar documento do supervisor de campo apontando a diferenciação entre as atividades de estágio e de trabalho, a especificação do horário de trabalho e do horário de estágio do (a) estudante trabalhador e a necessária alocação do estudante em setor de serviço diferente da sua lotação original.

Seção IV
Do (a) supervisor (a) acadêmico (o)

Art. 24º - O (a) supervisor (a) acadêmico (a) é o (a) docente da UFRRJ, com formação em Serviço Social, e deve cumprir as seguintes atribuições previstas na Política Nacional de Estágio (ABEPSS):

I. Orientar os (as) supervisores (as) de campo e estagiários (as) sobre a Política e o Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UFRRJ, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;

II. Orientar os (as) estagiários (as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os (as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto político pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;

III. Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos (as) estagiários (as) na UFRRJ, por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o (a) supervisor (a) de campo;

IV. Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;

V. Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos (as) estagiários (as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;

VI. Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFRRJ para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.

VII. Acompanhar a trajetória acadêmica do (a) estagiário (a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFRRJ;

VIII. Fornecer, à coordenação de estágio ou ao órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário (a);

IX. Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos (as) acadêmicos (as) em cada nível de estágio;

X. Avaliar o (a) estagiário (a) emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou a respectiva nota;

XI. Encaminhar à coordenação de estágio relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

Seção V

Do (a) supervisor (a) de campo

Art. 25º - É denominado supervisor (a) de campo o (a) assistente social funcionário (a) do quadro de pessoal do Campo de Estágio, na mesma instituição e no mesmo local onde o (a) estagiário (a) executa suas atividades de aprendizado, responsável por seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente.

Art. 26º - O (a) assistente social supervisor (a) de campo deve cumprir as seguintes atribuições previstas na Política Nacional de Estágio (ABEPSS):

I. Comunicar à coordenação de estágio do Curso de Serviço Social da UFRRJ o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;

II. Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e às atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e com competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;

III. Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e das habilidades do (a) estagiário (a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;

IV. Disponibilizar ao (à) estagiário (a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estagio;

V. Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos (as) supervisionados (as), de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o (a) supervisor (a) acadêmico (a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;

VI. Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os (as) estagiários (as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;

VII. Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do (a) estagiário (a), juntamente, com (a) supervisor (a) acadêmico (a); quando da avaliação semestral, emitir parecer de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio do Curso de Serviço Social da UFRRJ;

VIII. Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social da UFRRJ, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;

IX. Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFRRJ e contatar os (as) supervisores (as) acadêmicos (as), Coordenador (a) de Estágio ou Coordenador (a) de Curso quando julgar necessário;

X. Manter o controle atualizado da folha de frequência do (a) estagiário (a), observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo (a) estagiário (a);

XI. Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social da UFRRJ;

XII. Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social da UFRRJ e supervisão acadêmica sobre os casos de desligamento de estagiários;

XIII. Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

Seção VI
Das Instâncias do Processo de Estágio

Art. 27º - O processo de estágio é coordenado pela Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social, órgão vinculado e subordinado à Coordenação do Curso de Graduação Serviço Social da UFRRJ e assessorado pela Comissão de Estágio.

Art. 28º - A Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social é de responsabilidade de um (a) docente ou técnico, com formação em Serviço Social, indicado pelo Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social para o mandato de 2 (dois) anos.

Art. 29º - A comissão de Estágio tem como objetivo assessorar a Coordenação do Estágio em assuntos administrativos e acadêmicos referentes ao Estágio Supervisionado em Serviço Social.

Art. 30º - A Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social será responsável pela criação e pela coordenação do Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social da UFRRJ.

Art. 31º - O Fórum de Supervisão de Estágio é um espaço coletivo e plural de qualificação do processo de estágio e tem por objetivo fomentar troca de experiências, discussões e interlocução entre os sujeitos envolvidos.

Art. 32º - Nos termos da Política Nacional de Estágio – ABEPSS (2010) – o Fórum de Supervisão de Estágio tem as seguintes finalidades:

I – Fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais;

II – Propiciar espaço político-pedagógico de formação dos supervisores;

III – Proporcionar a organização dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação e ao exercício profissional;

IV – Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências formais: as diretrizes curriculares em vigor, a lei de regulamentação da profissão nº 8662/93, o código de ética profissional, a legislação nacional referente ao estágio, assim como demais documentos e/ou publicações que se fizerem necessárias ao longo das realizações dos encontros sobre estágio, em fóruns e/ou em reuniões.

Art. 33º - O Fórum de Supervisão de Estágio deve constituir um grupo de trabalho com representações de estagiários (as), supervisores de campo (as), supervisores acadêmicos (as), docentes e assistentes sociais técnicos-administrativos (as).

Parágrafo Único: Caberá ao grupo de trabalho planejar, acompanhar e avaliar as atividades deste Fórum. Sugere-se que a organização de cada Fórum seja realizada pela Comissão de Estágio instituída via Portaria.

Art. 34º - A Comissão de Estágio tem a finalidade de planejar, acompanhar e avaliar as atividades do Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social da UFRRJ, junto com a Coordenação do Estágio.

Seção VII
Da Coordenação do Estágio Supervisionado em Serviço Social (CESSS)

Art. 35º - Com base na Política Nacional de Estágio da ABEPSS, são atribuições da CESSS:

I. Atuar diretamente articulado com a coordenação do Curso de Serviço Social de modo a viabilizar as demandas de qualificação do processo de estágio;

II. Articular o processo de Estágio com a Política de Estágio do Curso de Serviço Social da UFRRJ, bem como à orientação formativa do Projeto Político de Curso da Graduação em Serviço Social da UFRRJ;

III. Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores (as) de campo;

IV. Averiguar junto ao (a) supervisor (a) de campo se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4 º e 5 º da Lei 8662/1993;

V. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;

VI. Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e de atividades, organizados pela UFRRJ, e direcionados à capacitação dos (as) supervisores (as) de campo;

VII. Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio objetivando oferecer um leque de opções para os (as) estudantes. Em casos especiais, o (a) estudante, professor (a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá se dirigir à Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise do projeto e abertura oficial do campo de estágio.

VIII. Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos (as) estudantes;

IX. Propor/rever modelos de documentação: Plano de Estágio e Roteiros/Relatórios de Avaliação;

X. Favorecer contatos, parcerias e trocas de informações dos campos de estágio, dos (as) estudantes e dos (as) supervisores com a Coordenação de Estágio e docentes visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontros, reuniões, seminários, visitas, etc.);

XI. Promover reuniões entre os (as) docentes supervisores (as) acadêmicos (as) objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências; busca de unidade no encaminhamento da unidade curricular; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;

30. Discutir e encaminhar, em conjunto ao (a) docente supervisor (a) acadêmico (a) e supervisor (a) de campo, o desligamento ou a transferência de estagiários (as), desde que seja detectado problemas no processo;

30. Organizar, em conjunto com os (as) supervisores (as) acadêmicos (as), a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os (as) estudantes do Curso, principalmente com os futuros estagiários a ser realizada ao longo do semestre;

30. Promover em articulação com a Comissão de Estágio, em caráter permanente, curso de Capacitação de Supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do Fórum de Supervisão do Curso de Serviço Social da UFRRJ;

30. Atender às demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008 no que se refere à instituição de ensino;

XVI. Realizar credenciamento de potenciais locais de estágio obrigatório, a partir de avaliação das condições pedagógicas e técnicas do exercício do estágio supervisionado em Serviço Social;

XVII. Encaminhar, periodicamente, para a DEST/UFRRJ uma lista com campo de estágio e de alunos vinculados ao mesmo, de modo a facilitar a elaboração do termo de Compromisso de Estágio.

Parágrafo Único: Sugere-se que o (a) coordenador (a) não poderá exercer cumulativamente a referida função com a de supervisor acadêmico.

CAPÍTULO VI

Da avaliação do Estágio Supervisionado em Serviço Social

Art. 36º - Compete à Supervisão Acadêmica de Estágio a avaliação do Estágio Supervisionado em Serviço Social.

Art. 37º - Para aprovação no Estágio Supervisionado em Serviço Social, o (a) estagiário (a) deve cumprir cumulativamente as seguintes exigências:

30. Obter média igual ou superior a 5 (cinco) na disciplina Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III;

II. Participar de, no mínimo, 75% da carga horária da disciplina Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III;

30. Cumprir a carga horária de estágio total exigida para cada período, de 150 horas;

IV. Apresentar todos os documentos solicitados pela disciplina Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III, devidamente preenchidos e assinados;

30. Elaborar e entregar relatório final da disciplina Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III;

VI. Apresentar a avaliação do supervisor de campo com a respectiva atribuição de nota ao supervisor acadêmico.

Parágrafo Único: O (a) docente supervisor (a) acadêmico (a) deverá considerar, na atribuição de nota, a avaliação do (a) supervisor (a) de campo.

Art. 38º - O (a) estudante reprovado na atividade de Estágio Supervisionado em Serviço Social deverá se matricular na disciplina Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social e Estágio Supervisionado em Serviço Social do período do qual ficou reprovado.

§ 1º A carga horária de estágio realizada durante o período do qual ficou reprovado não será computada para efeito de carga horária de estágio.

§ 2º A carga horária de estágio realizada durante o período do qual ficou reprovado poderá ser aproveitada como carga horária de atividades complementares.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão analisados pela Coordenação de estágio.

CAPÍTULO VII
Das disposições finais e transitórias

Art. 39º - As alterações neste Regulamento deverão ser aprovadas em reunião ordinária, convocada especificamente para tal finalidade pela Coordenação do Curso de Serviço Social.

Art. 40º - Os casos omissos neste Regulamento serão dirimidos pela Coordenação de Estágio Supervisionado em Serviço Social e levados às instâncias pertinentes, quando necessário.

Art. 41º - Este regulamento entrará em vigor após sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRRJ.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2008/11788.htm. Acesso em: 30 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes curriculares da ABEPSS** 1999. Disponível em: http://www.abepss.org.br/documentos.php Acesso em 10/04/2017.

Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.ufrgs.br/psicologia/ elinquên/ elinqu-social/comgrad/ elinquê-de-estagios/politica-de-estagios. 2014. Acesso 10/04/2017.

Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social do Curso de Graduação em Serviço Social da UNIFESP – Campus Baixada Santista, 2011. Disponível em: https://www.unifesp.br/campus/san7/images/misc/REGULAMENTO_DO_ESTAGIO_DO_CURSO_DE_SERVICO_SOCIAL.doc+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 10/04/2017.

Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social da UFF.

Política de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UFVJM.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 7ª REGIÃO. **Coletânea de leis e resoluções:** assistente social: ética e direitos. 4. Ed. Rio de Janeiro: CRESS-7, 2004.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa et al. **Proposta básica para o projeto de formação profissional:** novos subsídios para o debate. Caderno ABESS, São Paulo, nº. 7, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009.

_____. Resolução nº 273/1993. **Alterações produzidas pelas Resoluções** CFESS, 293/94, 333/96 e 594/11. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução nº 533/2008. **Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**. Brasília, DF: CFESS, 2008.

FICHA CADASTRAL DO CAMPO DE ESTÁGIO

PREENCHER OS CAMPOS VAZIOS COM LETRA LEGÍVEL (PREFERENCIALMENTE DE FORMA)

BLOCO 1 – DADOS DA(O) ESTAGIÁRIA(O)

1. Nome completo:
2. _____
3. Nº de matrícula:
4. _____
5. CPF _____ . _____ . _____ - ____
6. Telefone de contato:_____
7. E-mail: _____
8. Estágio Remunerado: ( ) Não ( ) Sim Valor:_____
9. Estágio que está cursando:

Modalidade de Estágio	(Ano e Semestre de realização) (Ex. 2015.2)
) Obrigatório I	
) Obrigatório II	
) Obrigatório III	
) Não-obrigatório	

BLOCO 2 – DADOS DO LOCAL DO ESTÁGIO

Nome da Instituição:
_____CNPJ:_____
Local/Área e/ou setor específico do campo de estágio:_____
Telefones de contato: (___)_____ (____) _____ Ramal: _____
Logradouro:_____ complemento: _____
Bairro:_____ Município: _____
CEP: _____ UF _____
E-mail institucional: _____

BLOCO 3 – DADOS DO SUPERVISOR

3.1 SUPERVISOR(A) DE CAMPO

1. Nome completo: _____
2. CPF: _____ . _____ . _____ - ____
3. CRESS nº: _____ E-mail: _____
4. Telefones de contato: ( ) _____ (____) _____ Ramal: _____

3.2 SUPERVISOR(A) ACADÊMICO(A)

1. Nome completo: _____
2. CPF: _____ . _____ . _____ - ____
3. CRESS nº: _____ E-mail: _____
4. Telefones de contato: _____ Ramal: _____

Data do preenchimento: ____/ ___ /201__.

Assinatura do estagiário:

_____

MODELO DE RELATORIO ESTÁGIO I

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS 00
1.1. Supervisor(a) de Campo..... 00
1.2. Supervisor(a) Acadêmico(a) 00
1.3. Estagiário(a)..... 00

2. APRESENTAÇÃO..... 00

3. DESENVOLVIMENTO..... 00
3.1. Análise de Conjuntura e da Política Setorial..... 00
3.2. Análise Institucional..... 00
3.3. A Intervenção do Serviço Social..... 00
3.4. Avaliação do Processo de Supervisão de Estágio a partir do Plano de Estágio..... 00
3.4.1. Supervisão de Campo..... 00
3.4.2. Supervisão Acadêmica..... 00
3.4.3. Avaliação da Supervisão..... 00

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS 00

30. DADOS GERAIS

Nome da Instituição:

Endereço:

E-mail: Telefone:

30.3. Supervisor(a) de Campo

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

1.2. Supervisor(a) Acadêmico(a)

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

1.3. Estagiário(a)

Nome do(a) Estagiário(a):

Matrícula:

E-mail: Telefone:

Período Curricular:

Carga Horária Semanal do Estágio:

Período Previsto para Realização do Estágio:

Início :	Término:

Dias e Horários do Estágio:

Dias do estágio	Horário de entrada	Horário de saída
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Sábado		
Domingo		

2. APRESENTAÇÃO

Neste item o(a) deve apresentar o objetivo do relatório, como está estruturado e o que é discutido em cada item do DESENVOLVIMENTO.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Análise de Conjuntura e da Política Setorial

Neste item o(a) discente deve realizar uma analise de conjuntura; e particularmente analisar as determinações sociais que interferem na efetivação das politicas sociais e na garantia de direitos para os usuários, a partir da formação sócio-histórica brasileira. Localizar estas problemáticas por dentro da política na qual o campo de estágio está inserido.

3.2. Análise Institucional

Já neste item o(a) aluno(a) deve:

a) analisar as contradições – no Serviço Social, entre a equipe (sujeitos institucionais), a relação da Direção com a equipe e o Serviço Social;

b) objetivos implícitos institucionais; como as demandas explícitas dos usuários (e implícitas) são respondidas; analisar as contradições existentes: quais os objetivos explícitos e como estes se operacionalizam (ou não) e por que;

c) como ocorre a participação dos usuários na instituição (relação usuário-instituição);

d) articulação institucional (com a rede): quais os limites existentes (materiais/técnicos, políticos), problematizar a articulação.

e) traçar o perfil elinquên e social dos usuários;

Trata-se, portanto, de responder as perguntas:

Que tipo de instituição é? Pública ou privada? Qual é a sua finalidade? Como se organiza? Que recursos usa na sua manutenção? Como se estabelecem as relações de poder? Por que requisitou o assistente social? Em que medida presta serviços à população? Como absorve os demandatários na órbita institucional? Quais são as necessidades sociais da população que se propõe a atender e de que forma? Há espaço institucional para alterações nessa organização?

3.3. A Intervenção do Serviço Social

Aqui o(a) discente deve apresentar o levantamento de demandas para a Profissão de Serviço Social e uma reflexão sobre as respostas às demandas institucionais, dos demais profissionais e dos usuários; analisar a organização do trabalho do Serviço

Social, suas competências e atribuições privativas. De acordo com sua organização, o Serviço Social consegue responder criticamente às demandas? Há sistematização do trabalho? Como é sua avaliação quanto à execução? Há avaliação? Quais os limites identificados para a ação do Serviço Social na instituição? E os avanços? O(A) aluno(a) deve apresentar as propostas ao Serviço Social, como forma de aprimorar o trabalho na instituição.

3.4. Avaliação do Processo de Supervisão de Estágio a partir do Plano de Estágio

3.4.1. Supervisão de Campo

- Periodicidade:
- Metodologia na condução da supervisão:
- Procedimentos e processo de avaliação:

3.4.2. Supervisão Acadêmica

- Ementa da disciplina e objetivos:
- Periodicidade:
- Metodologia e processos de avaliação:

3.4.3. Avaliação da Supervisão

Neste item o discente deve avaliar as atividades propostas para o estágio (Acadêmico/Campo); o significado do estágio no processo de formação/e na sua vivencia de estágio; habilidades e competências adquiridas pelo estagiário a partir do que foi proposto, e como considera os avanços nessas dimensões.

30. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

O(A) deve listar, de acordo com as normas da ABNT, apenas as referências citadas no relatório.

MODELO DE RELATÓRIO ESTÁGIO II

30. DADOS GERAIS

Nome da Instituição:

Endereço:

E-mail: Telefone:

1.1. Supervisor(a) de Campo

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

1.2. Supervisor(a) Acadêmico(a)

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

1.3. Estagiário(a)

Nome do(a) Estagiário(a):

Matrícula:

E-mail: Telefone:

Período Curricular:

Carga Horária Semanal do Estágio:

Período Previsto para Realização do Estágio:

Início :	Término:

Dias e Horários do Estágio:

Dias do estágio	Horário de entrada	Horário de saída
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Sábado		
Domingo		

30. APRESENTAÇÃO

Neste item o(a) deve apresentar o objetivo do relatório, como está estruturado e o que é discutido em cada item do DESENVOLVIMENTO.

30. **Análise de Conjuntura e da Política Setorial (aprofundar o debate realizado no período anterior)**

Neste item o(a) discente deve realizar uma análise de conjuntura; e particularmente analisar as determinações sociais que interferem na efetivação das políticas sociais e na garantia de direitos para os usuários, a partir da formação sócio-histórica brasileira. Localizar estas problemáticas por dentro da política na qual o campo de estágio está inserido.

30. **Demandas e resposta profissional**

1-trabalhar as dimensões constitutivas da trabalho profissional.
2 –mencionar as demandas colocadas para o profissional do Serviço Social;
3 justificar a escolha da demanda a ser respondida e explicitar a (s)resposta (s) dada (s);

4.1. Projeto de intervenção

1- apresentação
2- objetivos
3- justificativa
4- operacionalização
5- monitoramento e avaliação
6-cronograma

5. Avaliação do Processo de Supervisão de Estágio a partir do Plano de Estágio

5.1. Supervisão de Campo

- Periodicidade:
- Metodologia na condução da supervisão:
- Procedimentos e processo de avaliação:

5.2. Supervisão Acadêmica

- Ementa da disciplina e objetivos:
- Periodicidade:
- Metodologia e processos de avaliação:

5.3. Avaliação da Supervisão

Neste item o discente deve avaliar as atividades propostas para o estágio (Acadêmico/Campo); o significado do estágio no processo de formação/e na sua vivencia de estágio; habilidades e competências adquiridas pelo estagiário a partir do que foi proposto, e como considera os avanços nessas dimensões.

30. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS**

O(A) deve listar, de acordo com as normas da ABNT, apenas as referências citadas no relatório.

MODELO DE RELATÓRIO ESTÁGIO III

30. **DADOS GERAIS**

Nome da Instituição:

Endereço:

E-mail: Telefone:

1.1. Supervisor(a) de Campo

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

30.3. **Supervisor(a) Acadêmico(a)**

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

30.3. **Estagiário(a)**

Nome do(a) Estagiário(a):

Matrícula:

E-mail: Telefone:

Período Curricular:

Carga Horária Semanal do Estágio:

Período Previsto para Realização do Estágio:

Início :	Término:

Dias e Horários do Estágio:

Dias do estágio	Horário de entrada	Horário de saída
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Sábado		
Domingo		

30. **APRESENTAÇÃO**

Neste item o(a) deve apresentar o objetivo do relatório, como está estruturado e o que é discutido em cada item do DESENVOLVIMENTO.

30. **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA INTERVENÇÃO (projeto de intervenção)**

1. Descrição das atividades realizadas;
2. Procedimentos utilizados;
3. Objetivos alcançados;
4. Discussão de algumas contribuições relevantes.
5. Dificuldades operacionais, técnicas, etc.
6. Sugestões de melhorias e proposta de novas formas de intervenção.

4. Avaliação do Processo de Supervisão de Estágio a partir do Plano de Estágio

4.1. Supervisão de Campo

- Periodicidade:
- Metodologia na condução da supervisão:
- Procedimentos e processo de avaliação:

4.2. Supervisão Acadêmica

- Ementa da disciplina e objetivos:
- Periodicidade:
- Metodologia e processos de avaliação:

30. **Avaliação Geral do processo de Estágio, enquanto parte constitutiva do processo formativo enquanto futuro assistentes sociais.**

Neste item o discente deve avaliar as atividades propostas para o estágio (Acadêmico/Campo); o significado do estágio no processo de formação/e na sua vivencia de estágio (I, II e III); habilidades e competências adquiridas pelo estagiário a partir do que foi proposto, e como considera os avanços nessas dimensões.

30. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS**

O(A) deve listar, de acordo com as normas da ABNT, apenas as referências citadas no relatório.

FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO

LISTA DE FREQUÊNCIA ESTÁGIO 1( ) 2( ) 3( )

SEMESTRE/ANO:_____ MÊS:_____
Nome do(a) aluno(a):_____ Matrícula:_____
Nome da instituição de estágio:_____
Nome do(a) supervisor(a) de campo:_____

DIA	HORÁRIO DE INÍCIO	ASSINATURA	HORÁRIO DE TÉRMINO	ASSINATURA
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
TOTAL DA CARGA-HORÁRIA DO MÊS: _____ HORAS.				

_____ _____

Supervisor(a) de campo

(ass. E carimbo com o nº do CRESS) Assinatura do(a) aluno(a)

DIÁRIO DE CAMPO

DIÁRIO DE CAMPO

1) O diário pode ser em caderno ou digital;
2) O discente deve usar sistema de cores para distinguir as dimensões do Diário;
3) Podem ser utilizados matérias de jornais, revistas ou colagens que tenham sentido com o conteúdo do que está sendo relatado;
4) O discente deve usar como apoio um registro (meramente descritivo e tópico) de todas as atividades desenvolvidas no campo, serão objeto do diário as situações que o discente pretende analisar.

Cabeçalho:
Data:_____ Horário:_____
Loca:_____
Planejamento da ação/atividade: se houver_____
Ação:
Objetivos da ação:
Sujeitos Envolvidos: (por razões de sigilo profissional o(a) estagiário(a) deve resguardar o nome real dos envolvidos bem como dados e informações que possa levar a identificação).

Dimensões do Diário
- Descrição: como foi desenvolvida a ação? Tentar captar todas as dimensões que compõem a situação.
- Análise: que elementos atravessaram a situação. Deve-se utilizar aportes teóricos para sustentar as análises.
- Síntese: como avalia a situação? Poderia ser diferente? Que conclusões? Quais propostas?

OBS: Este instrumento poderá ser utilizado nos três períodos de estágio

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CAMPO DE ESTÁGIO

Solicitação de Transferência de Campo de Estágio

Eu, _____, matrícula nº _____, cursando a disciplina Oficina de Estágio _____ e Estágio Supervisionado _____,venho por meio deste solicitar a transferência de campo de Estágio _____, pelas seguintes razões:_____
_____
_____
_____
_____

Solicito a minha inserção no campo de Estágio _____. O supervisor de campo é o _____, telefone para contato_____. Informo que dei ciências as partes envolvidas e que estão de acordo com a transferência.

Data: _____

Discente

Ciente:

_____ _____

Supervisor de Campo Supervisor Acadêmico

Protocolo de Solicitação de Transferência de Campo de Estágio

Nome do discente:

Matrícula:

Transferência do campo de estágio _____, sob supervisão acadêmica do (a) docente _____ e do (a) supervisor(a) de campo _____, para o campo_____.

Data:

Assinatura e carimbo da Coordenação de Estágio

PLANO DE ESTÁGIO

30. **DADOS GERAIS**

Nome da Instituição:

Endereço:

E-mail: Telefone:

1.1. Supervisor(a) de Campo

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

30.3. **Supervisor(a) Acadêmico(a)**

Nome do(a) supervisor(a):

Nº do CRESS:

E-mail: Telefone:

30.3. **Estagiário(a)**

Nome do(a) Estagiário(a):

Matrícula:

E-mail: Telefone:

Período Curricular:

Carga Horária Semanal do Estágio:

Período Previsto para Realização do Estágio:

Início :	Término:

Dias e Horários do Estágio:

Dias do estágio	Horário de entrada	Horário de saída
Segunda		
Terça		
Quarta		
Quinta		
Sexta		
Sábado		
Domingo		

30. **APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/UNIDADE DO CAMPO DE ESTÁGIO**

- Caracterização da Instituição (histórico, equipe, programas, projetos e atividades pela instituição em geral).

Neste item é importante apresentar brevemente os dados institucionais localizando a história da instituição, suas ações, atividades principais.

- População usuária e suas principais demandas trabalhadas institucionalmente.

Já neste ponto é necessário trazer brevemente os dados da população usuária (vejam relatórios ou documentos institucionais que possam ter essa caracterização, além da documentação do próprio Serviço Social)

30. **O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO**

Aqui é fundamental apresentar:

História do Serviço Social na instituição;

Equipe de profissionais do Serviço Social;

Perfil dos usuários e demandas apresentadas ao Serviço Social;

Descreva as frentes de atuação e ações (programas, projetos, serviços, benefícios, ações atividades dos nos quais Serviço Social atua);

Objetivos da ação profissional.

3.1. Ações Previstas para o(a) Estagiário(a) no Semestre.

Neste item é fundamental definir o conjunto das ações às quais o(a) estagiário(a) estará inserido(a) ao longo do período. É necessário que o(a) estagiário(a) construa junto com o(a) Supervisor (a) de campo/Supervisor(a) Acadêmico(a) a partir dos objetivos da ação profissional no campo de estágio, deve ser considerado aqui o nível do estágio que o(a) aluno(a) está, apresentando atividades condizentes com seu processo formativo – e que estejam orientadas pela Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética de 1993.

3.2. Habilidades e competências a serem adquiridas pelo Estagiário

Já neste tópico é importante definir que habilidades e competências que são esperadas do(a) estagiário(a) ao final do período de estágio – deve ser considerado aqui o nível do estágio que o(a) aluno(a) está, apresentando atividades condizentes com seu processo formativo – e que estejam orientadas pela Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética de 1993.

4. PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

4.1. Supervisão de Campo

- Periodicidade:
- Metodologia na condução da supervisão:
- Procedimentos e processo de avaliação:

4.2. Supervisão Acadêmica

- Ementa da disciplina e objetivos:
- Periodicidade:
- Metodologia e processos de avaliação:

30. CRONOGRAMA

Atividades e Ações do Estágio	Abril	Maio	Junho	Julho

30. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

Data ____/____/____

Assinatura do(a) estagiário(a): _____

Supervisor(a) de campo (ass. E carimbo com o nº do CRESS):_____

Supervisor(a) acadêmico(a) (ass. E carimbo com o nº do CRESS):_____

AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELOS SUPERVISORES DE CAMPO

AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELOS SUPERVISORES DE CAMPO

Aluno(a):

Supervisor Acadêmico:

Nº do CRESS:

Supervisor De Campo:

Nº do CRESS:

ESTÁGIO I ( ) ESTÁGIO II ( ) ESTÁGIO III ( )

DATA: _____/_____/_____

AVALIAÇÃO FORMATIVA ESTÁGIO CURRICULAR

Para cada item deve ser emitida nota de zero (0) a dois (2), perfazendo 10 pontos:

INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ORIENTAÇÕES	NOTA
ASSIDUIDADE E RESPONSABILIDADE	Este item se refere a participação do aluno no campo de estágio, tendo como referências: assiduidade, pontualidade e responsabilidade no cumprimento das atividades solicitadas no campo de estágio, sobretudo, em relação aos usuários e equipe de trabalho.	
ÉTICA	Este item se refere a capacidade do aluno se posicionar respeitando os preceitos da profissão, inscritos na Lei de Regulamentação da Profissão e nos princípios do código de ética.	
CAPACIDADE INVESTIGATIVA E INTERVENTIVA	Demonstra interesse e dedicação em aprofundar conhecimentos (questão social, política setorial, rede intersetorial e análise institucional), relativos ao campo de estágio. Identifica e estabelece contato com a Rede Intersetorial Capacidade de apreensão e habilidade no uso dos instrumentais técnicos-operativo Raciocínio lógico, claro e coerente no decorrer do processo de desenvolvimento do estágio (oral e escrito) Exercita postura crítica e investigativa.	
CAPACIDADE DE ANÁLISE CRÍTICA	Este item consiste na capacidade do aluno apreender a dinâmica institucional, a partir da compreensão crítica da política que norteia as intervenções no campo de estágio, as conjunturas nacional e local e as demandas postas à profissão.	
PROCESSO DE SUPERVISÃO	Este item se refere a participação do aluno nas atividades propostas pelo supervisor, tais como leitura de textos, planejamento e execução das atividades, etc. Além disso se refere a capacidade de diálogo e reflexão (supervisor e supervisionado) sobre situações vivenciadas no campo de estágio.	
MÉDIA FINAL		

Observação do processo de Supervisão Estágio:

_____ _____

Assinatura do Estagiário (a) Assinatura do Supervisor Acadêmico (CRESS)

_____

Assinatura do Supervisor de Campo (CRESS)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO III

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Colegiado do Curso de Serviço Social[7], a partir do trabalho realizado pela Comissão de Elaboração do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRRJ[8], no uso de suas atribuições, resolve:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Regulamentar o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, observando as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS/MEC), a Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/1993) e o Código de Ética profissional do Assistente Social (1993).

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E OBJETIVO DO TCC

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em uma produção escrita de iniciação à pesquisa que revele leitura e reflexão crítica sobre um tema relacionado aos debates teórico-metodológicos propostos pela matriz curricular do Curso de Serviço Social.

Art. 3º - O TCC consiste na sistematização, no registro e na apresentação de conhecimentos produzidos na área do Curso de Serviço Social, como resultado do trabalho de pesquisa, de investigação científica, de estágio e/ou de extensão.

[7] Regulamento aprovado em reunião de Colegiado de Curso em 13 de março de 2018.

[8] Comissão instituída pela Portaria nº 55, de 11 de maio de 2016 e alterada pelas Portarias nº 081, de 08 de maio de 2017 e nº 001, de 11 de janeiro de 2018.

Art. 4º - O TCC deverá ser realizado individualmente.

Art. 5º - O TCC deve ser realizado dentro de padrões e de exigências metodológicas e acadêmico-científicas.

Art. 6º - A produção, a defesa pública e a aprovação do TCC são condições indispensáveis para conclusão do Curso.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A ELABORAÇÃO DO TCC

Art. 7º - O TCC deve ser elaborado pelo(a) aluno(a), sob orientação de um(a) professor(a), docente da UFRRJ, e submetido à defesa pública e à aprovação de Banca Examinadora, composta pelo orientador e dois professores internos, indicados em comum acordo entre orientador e orientando, sendo facultativa a substituição de um dos professores internos convidados por um membro externo.

Parágrafo Único – É facultada ao orientador a escolha de um co-orientador.

Art. 8º - O TCC deve obedecer, do ponto de vista formal, aos seguintes requisitos:

I - A parte pré-textual inclui: capa (obrigatório); folha de rosto (obrigatório); folha de aprovação (obrigatório); ficha catalográfica (obrigatório – elaborada pela biblioteca); dedicatória (opcional); agradecimentos (opcional); epígrafe (opcional); resumo em português e em língua estrangeira (obrigatórios); lista de ilustrações (opcional); listas de abreviaturas e siglas (opcional); listas de notações (opcional) e sumário (obrigatório);

II - A parte pós-textual inclui: referências bibliográficas (obrigatório), apêndices (opcional), anexos (opcional), glossário (opcional);

III - Formatação do texto do TCC: papel A4; letra - Times New Roman ou Arial 12; margem superior – 3 cm; margem inferior – 2,5 cm; margem direita – 2,5 cm; Margem esquerda – 3 cm; Entrelinhas - 1,5;

IV - Seguir as normas vigentes estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as normas gerais da UFRRJ;

V - Ser escrito de acordo com a norma padrão em sua variação culta da língua portuguesa;

VI - Consistir, necessariamente, em um texto inédito;

Art. 9º - O(a) aluno(a) deverá ter integralizado, pelo menos, 80% da carga horária do Curso para defender a monografia de conclusão do Curso em Serviço Social.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO

3.1 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 10º - Caberá ao professor orientador:

a) Assumir um número de TCCs, por semestre compatível com suas atividades acadêmicas, podendo, a seu critério, orientar um número superior de trabalhos;

b) Orientar a elaboração do projeto e da execução da monografia, quando o aluno estiver cursando a disciplina de Projeto de TCC em conjunto com o professor responsável pela referida disciplina, devendo assinar o formulário de formalização de vínculo de orientação que será remetido ao referido docente;

c) Decidir em conjunto com os orientandos a forma que a orientação ocorrerá, definindo o horário de supervisões, frequência e metodologia (e-mail, telefone, etc) estabelecendo metas e prazos de entrega, de acordo com as datas-limite de cada semestre;

d) Elaborar, com o aluno, o cronograma de atividades para o desenvolvimento do TCC;

e) Orientar sobre a metodologia da pesquisa definida para o trabalho;

f) Orientar sobre a redação final da monografia, conforme normatização da ABNT;

g) Informar ao aluno sobre os prazos relativos ao processo de elaboração do TCC;

h) Definir a composição da banca examinadora e a data da defesa pública do trabalho em conjunto com o professor responsável pela disciplina de Seminário de TCC;

i) Encaminhar, nos prazos previamente estipulados, os nomes dos membros das bancas, bem como o nome do orientando, o título de sua monografia e suas temáticas afins;

j) Compor e presidir a banca examinadora do TCC;

k) Comunicar ao(a) professor(a) da disciplina de Seminário de TCC o resultado da avaliação realizada pela banca, através da Ata da Banca Examinadora;

l) Comunicar ao(a) professor(a) da disciplina de Seminário de TCC toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração, bem como a conclusão do trabalho;

m) Enviar os projetos de pesquisa que realizem pesquisa com seres humanos para apreciação do Comitê de Ética;

n) Enviar uma cópia do parecer do Comitê de ética à Coordenação do Curso e outra, ao professor da disciplina Elaboração de Projeto TCC.

o) Assinar o parecer para entrega da versão final à secretaria da Coordenação do Curso;

3.2 - DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTANDO

Art. 11º - Caberá ao Discente:

a) Frequentar regularmente as orientações de acordo com o horário estabelecido pelo orientador;

b) Realizar pesquisa bibliográfica e/ou documental e/ou de campo;

c) Solicitar ao orientador(a) ofício para instituição pesquisada no sentido de facilitar o acesso aos sujeitos da pesquisa e explicar o objetivo da pesquisa em tela, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Comitê de Ética, quando for o caso;

d) Cumprir as tarefas solicitadas pelo(a) professor(a) orientador(a), de acordo com o cronograma estabelecido;

e) Entregar o TCC em três (3) vias aos membros da banca;

f) Acatar as recomendações da Banca Examinadora, em conversa posterior com o(a) orientador(a), observando o prazo estabelecido para efetuar as alterações sugeridas;

g) Entregar a versão final do TCC, bem como a folha de aprovação, em arquivo digital (pdf), com as alterações sugeridas pela Banca Examinadora.

3.3 - DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE ORIENTANDO E ORIENTADOR

Paragrafo único - Em caso de divergências entre orientador e orientando ou impedimentos legais de alguma das partes, caberá à coordenação do Curso tomar providências;

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO DAS BANCAS

Art. 12º - Será composta pelo professor orientador, o qual presidirá a banca, e mais dois (02) professores vinculados ao Curso de Serviço Social e/ou de demais Unidades de Ensino da UFRRJ ou de outras Instituições de Ensino Superior ou profissional com a titulação mínima de especialista e um suplente;

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÂO DA DEFESA DA MONOGRAFIA

Art. 13º - Para avaliação do trabalho escrito, cada membro da Banca Examinadora deverá receber uma cópia, previamente à realização da defesa do TCC, que se pautará da seguinte forma:

a) A exposição oral do trabalho deverá ser feita pelo(a) aluno(a) perante a Banca Examinadora por um tempo máximo de 20 (vinte) minutos;

b) Os membros da Banca Examinadora, após a apresentação do trabalho, farão os seus comentários e recomendações;

c) Após a exposição e/ou arguição, a Banca Examinadora se reunirá reservadamente e atribuirá nota final ao aluno;

d) O aluno que não defender o trabalho no semestre no qual está matriculado será reprovado, devendo o(a) aluno(a) repetir a disciplina, matriculando-se novamente na mesma;

e) As sessões das Bancas Examinadoras terão caráter público;

f) Após a sessão de defesa será lavrada ata, que será lida e assinada pelos membros da Banca e pelo acadêmico examinado;

g) A nota final da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser encaminhada pelo presidente da banca examinadora à coordenação de Curso;

h) As solenidades de defesa, bem como a entrega da versão final do TCC, ocorrerão preferencialmente no fim de cada semestre letivo, dentro de um período de defesa a ser estipulado;

CAPÍTULO VI
DA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 14º - Da organização:

a) A Coordenação do TCC será assumida pelo professor responsável da disciplina Seminário de TCC, estando diretamente ligados à Coordenação do Curso de Serviço Social;

b) A cada semestre letivo a indicação do professor responsável da disciplina Seminário de TCC será feita pelo colegiado do Curso de Serviço Social.

c) Após a realização da indicação, o departamento do referido professor deverá ser comunicado;

Art. 15º - Das atribuições:

a) Elaborar e divulgar o calendário dos TCCs para professores orientadores;

b) Manter atualizada a relação da área de conhecimento dos professores dos departamentos que ofertam disciplinas para o Curso de Serviço Social;

c) Elaborar e disponibilizar para os corpos docente e discente a relação do corpo docente com a área de conhecimento e os alunos que respectivamente serão orientados.

Parágrafo Único – A partir da lista com os nomes dos alunos e das temáticas pensadas na disciplina de Pesquisa Social e da relação de docentes e suas respectivas áreas, o discente poderá iniciar a escolha do seu orientador.

d) Estabelecer as datas das defesas públicas de TCC;

e) Organizar a parte administrativa das defesas de TCC;

f) Convocar reuniões com os professores orientadores e/ou acadêmicos matriculados na disciplina de Projeto de TCC, para sanar dúvidas sobre os procedimentos a serem adotados e/ou sobre o processo de elaboração da monografia;

g) Elaborar e disponibilizar a cada professor orientador as atas de defesa de monografia;

h) Fazer o fechamento, ao final do semestre letivo, das notas finais dos trabalhos monográficos defendidos;

i) Avaliar, em conjunto com os demais professores do Curso, a possibilidade de publicação de trabalhos de monografia aprovados;

j) Propor e discutir com os demais professores do curso diretrizes para a condução e para a avaliação das atividades de monografia, de modo a balizar os critérios de julgamento, por parte de orientadores e membros das comissões examinadoras, do Projeto de Monografia e da Monografia.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 16º - O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado pela Banca Examinadora que poderá:

• Aprová-lo, atribuindo-lhe nota de cinco (5,0) a dez (10,0);

• Aprová-lo com restrições, atribuindo-lhe nota condicionada a apresentação de sugestões de reformulação a serem feitas, com o acompanhamento do(a) orientador(a); respeitando o calendário acadêmico de cada semestre.

• Reprovar o TCC, devendo o aluno reiniciar o processo de elaboração e se matricular na disciplina de TCC.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇOES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17º - Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do Curso de Serviço Social, podendo consultar o colegiado do mesmo, de acordo com a pertinência do assunto.

Art. 18º - Todos os dispositivos expostos nesta resolução passam a vigorar a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

FORMULÁRIO DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO DO TCC

Nome do aluno(a): _____

Matrícula:_____

Tema do TCC:_____

Professor(a) orientador(a): _____

Departamento/Instituto:_____

Seropédica, _____de_____de_____.

_____

Assinatura do(a) aluno(a)

_____

Assinatura do(a) orientador(a)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PLANILHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL - DEFESA DE TCC

Nome do aluno(a): _____

Título do Trabalho:_____

Professor(a) orientador(a): _____

1ºExaminador: _____

2º Examinador:_____

ITENS PARA AVALIAÇÃO ESCRITA	**(0,0 a 1,0 para cada item)**	**NOTA**
Redação com clareza, objetividade e coerência		
Articulação teórico-metodológica		
Adequação e atualidade da bibliografia		
Trato analítico e crítico dos dados da pesquisa		
Articulação e relevância para o Serviço Social		
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima		

ITENS PARA AVALIAÇÃO ORAL	**(0,0 a 1,0 para cada item)**	**NOTA**
Contextualização do tema e a definição clara do objeto da pesquisa		
Forma de apresentação do trabalho (competência discursiva e habilidade de comunicação)		
Domínio do conteúdo da monografia		
Capacidade argumentativa		
Coerência entre o que foi apresentado e o que está escrito na monografia (análise e síntese do trabalho)		
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima		

Observações_____

_____

_____

_____

NOTA FINAL: Soma das duas notas parciais = _____

Data: _____

Assinaturas:

Presidente da Banca: _____

1º examinador: _____

2º examinador: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, nas dependências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, foi instalada a Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) Aluno(a) _____, Matrícula _____ que apresentou o trabalho intitulado "_____ _____". A Banca Examinadora foi composta pelo(a) Prof(a) _____ (presidente), pelo Prof(a) _____ (examinador 1) e pelo Prof(a) _____ (examinador 2). Abrindo a sessão, o presidente da comissão, após dar a conhecer aos presentes os procedimentos para a condução dos trabalhos, passou a palavra ao(a) aluno(a), que fez a apresentação do seu Trabalho de Conclusão de Curso. Seguiu-se a argüição pelos examinadores, com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A nota final atribuída foi _____( ), tendo o candidato considerado _____. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Presidente: _____

Examinador(a) 1: _____

Examinador(a) 2: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Rio de Janeiro, de de

Eu, Professor (a)_____, orientador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social intitulado_____, do (a) discente _____, matrícula _____, venho por meio deste solicitar à coordenação de TCC, o agendamento da defesa do referido trabalho para o dia ____de _____ de _____, às _____. Informo que a banca será composta pelos seguintes membros: Presidente _____, Examinador(a) 1: _____ e Examinador(a) 2:_____.

Atenciosamente,

_____

Professor(a) Orientador (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Rio de Janeiro, de de

Eu, Professor (a)_____, do Departamento _____do Instituto _____, orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado_____ _____, do (a) discente _____, matrícula _____, venho por meio deste informar que a versão final do TCC apresentada está de acordo.

Comentários:

_____

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

_____

Professor(a) Orientador (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO IV

REGULAMENTO INTERNO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O colegiado do Curso de Serviço Social[9], a partir do trabalho realizado pela Comissão de Elaboração do Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRRJ[10], no uso de suas atribuições, resolve:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º – As atividades complementares do Curso de Serviço Social estão previstas como atividades obrigatórias, nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, no Projeto Político Pedagógico do Curso e na Deliberação do CEPE nº 078, de 05 de outubro de 2007, num total de 200 horas.

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º – São consideradas Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Serviço Social, para a integralização do currículo, atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão, atividades de natureza acadêmico-científico-tecnológicas; de cunho Acadêmico-Científico-Cultural; de representação estudantil; em instâncias deliberativas no campo de políticas sociais e/ou movimentos sociais e conselhos representativos e democráticos; e em atividades culturais.

[9] Regulamento aprovado em reunião de Colegiado de Curso em 13 de março de 2018.
[10] Comissão instituída pela Portaria nº 76, de 03 de maio de 2017 e alterada pela Portaria nº 002, de 11 de janeiro de 2018.

Parágrafo único – Todas as atividades devem ter afinidade com a área de formação em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Art. 3º – São consideradas atividades complementares de:

I – ensino, aquelas atividades realizadas pelo discente que não estão contempladas na grade curricular do Curso;

Parágrafo único – são consideradas atividades complementares de ensino a participação em núcleo de estudos e pesquisas; em disciplinas de livre escolha cursadas na UFRRJ que não contenham crédito para integralização do curso; monitoria; cursos de formação; cursos de atualização (curta, média e longa duração); estágio curricular não-obrigatório, mediante acompanhamento de assistente social docente da unidade de formação acadêmica e assistente social do campo de estágio, Programa de Educação Tutorial (PET) e demais Programas Institucionais;

II – pesquisa, a participação de alunos em projetos de pesquisa; iniciação cientifica, publicação de autoria e de co-autoria do aluno vinculado à prática da pesquisa; apresentação de trabalhos em jornada científica; participação em jornada cientifica;

III – extensão, a participação em projetos de extensão reconhecidos pela UFRRJ, eventos; seminários; oficinas; cursos de atualização; minicursos; simpósios; encontros; congressos; publicações; apresentações e exposições; Programas Institucionais; Estágio interdisciplinar de vivência; Participação como ouvinte em Semanas Acadêmicas.

IV – representação estudantil, aquelas que envolvem a representação direta de discentes eleitos entre os seus pares em entidades representativas ou instâncias deliberativas tais como: a participação em colegiado de curso; departamento; comissão designada por portaria ou pelo Colegiado de Curso; Centro Acadêmico; Diretório Central dos Estudantes; Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social; Representação discente na ABEPSS; Conselho de Graduação; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Estadual dos Estudantes; CEPE, CEPEA, CONSUNI e CONSU.

V – instâncias deliberativas no campo das políticas sociais e/ou movimentos sociais, envolve a participação em conselhos de políticas sociais, de direitos e em outras instâncias vinculadas aos movimentos sociais.

Parágrafo primeiro – A equivalência em horas das atividades complementares está descrita no quadro abaixo:

	Grupos de Atividades	Valor da pontuação	Quantidade de certificados	Pontuação

I	ENSINO			
1.	Participação em núcleo de estudos e pesquisa	30 horas por semestre		
2.	Disciplinas de livre escolha	30 horas por semestre		
3.	Monitoria	30 horas por semestre		
4.	Curso de formação de longa duração	Entre 60 e 120 h de duração = 20 horas De 120 à 200h = 30 horas por semestre.		
5.	Estágio curricular não-obrigatório	30 horas por semestre		
6.	Programa de Educação Tutorial-PET e demais Programas institucionais	30 horas por semestre		
II	PESQUISA			
1.	Bolsas de iniciação científica concedidas pela UFRRJ ou por agências de fomento.	30 horas por semestre		
2.	Participação voluntária em projetos de pesquisa	15 horas por semestre		
3.	Participação em artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, capítulo de livro ou autoria de livro	20 horas por artigo		
4.	Participação em resumos e anais de eventos científicos publicados a partir de Congressos, Simpósios, Jornadas de Iniciação Científica e de Extensão	5 horas por resumo		
5.	Apresentação de trabalho científico em eventos	5 horas por evento		
6.	Publicação em revista cientifica	20 horas por artigo		
III	EXTENSÃO			
1.	Participação em programas e projetos de extensão	30 horas por projeto		
2.	Realização de cursos de extensão ou participação em oficinas	30 horas por semestre		
3.	Participação como ouvinte em congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de	10 horas por evento		

	trabalho e similares			
4.	Participação como conferencista, mediador ou debatedor em eventos acadêmicos e científicos	5 horas por evento		
5.	Organização de eventos acadêmicos, científicos e culturais	10 horas por evento		
6.	Programas institucionais	30 horas por semestre		
7.	Estágio interdisciplinar de vivência	30 horas por semestre		
8.	Participação como ouvinte em Semanas Acadêmicas	10 horas por evento		
IV	REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL			
1.	Centro Acadêmico	10 horas por semestre		
2.	Diretório Central dos Estudantes; Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social; Representação discente na ABEPSS;			
3.	Comissão designa por portaria ou pelo colegiado de curso	10 horas por semestre		
4.	Participação em colegiado de curso	10 horas por semestre		
5.	Departamento, CONSUNI e CEPEA			
6.	Conselho de Graduação			
7.	UEE			
8.	UNE			
9.	CEPE			
10.	CONSU			
11.	Organização de evento do movimento estudantil			
V	INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E/OU POLÍTICAS SOCIAIS E/OU MOVIMENTOS SOCIAIS			
1.	Membro do Conselho de Direitos	10 horas por semestre		
2.	Membro do conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS			
3.	Membro do Conselho de Trabalho Emprego e Renda outras instâncias de representação vinculadas aos movimentos sociais			

4.	Participação em Conferências			
5.	Membro do Conselho de Segurança Alimentar			
6.	Membro do Conselho do Idoso			
7.	Membro do conselho de educação e/ou Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.			
8.	Membro do conselho Juventude	10 horas por semestre		
9.	Membro do conselho da Criança e Adolescente			
10.	Membro do conselho de Saúde			
11.	Membro do conselho de Assistência Social			
12.	Outros conselhos	10 horas por semestre		
13.	Curso de Formação e/ou capacitação em Políticas Sociais e Movimentos Sociais	30 horas por semestre		
	Pontuação Total			

CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 4º – As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do Curso de Serviço Social, perfazendo um total de 200 horas, sendo, portanto, um pré-requisito para a colação de grau.

Parágrafo único – A carga horária deverá ser cumprida no decorrer do seu processo de graduação.

Art. 5º – Somente as atividades realizadas após o ingresso no curso de Serviço Social, poderão ser objeto de reconhecimento e de validação.

Art. 6º – Para a integralização das Atividades Complementares do Curso de Serviço Social, o discente deverá realizar suas atividades contemplando no mínimo em 03 (três) grupos listados no art. 3º.

CAPÍTULO IV
DO APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º – Para aproveitamento das Atividades Complementares exige-se que todas possuam documentos comprobatórios e as cópias dos documentos devem estar legíveis.

Parágrafo único – O (a) discente deve apresentar a documentação organizada por grupos de atividades, conforme quadro I.

Art. 8º – A participação em eventos sem a declaração de carga horária no certificado do evento, será considerada para cada dia de participação, 1 hora de atividades, salvo se anexado a programação do evento.

Art. 9º – Os documentos comprobatórios das atividades complementares deverão ser entregues pelo discente a partir do penúltimo período do curso com toda a documentação comprobatória das 200 horas, a partir de calendário estipulado pela comissão de atividades complementares.

Art. 10º – As cópias entregues dos documentos devem estar acompanhadas do Requerimento de Cômputo para Atividades Complementares (Anexo I) e da declaração de cópias autenticas (Anexo II), conferidas com as originais no ato da entrega, devidamente preenchidos e assinados.

Parágrafo Único – Após a avaliação e lançamento da carga horária no sistema, mas especificamente no período de provas finais, definido no calendário da comissão de atividades complementares, os documentos serão devolvidos para os alunos, respeitando os prazos estabelecidos nas normas da universidade.

Art. 11º – Os alunos podem realizar atividades complementares a qualquer momento, a partir da matrícula no curso de Serviço Social, inclusive durante as férias e recessos acadêmicos, respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

Art. 12º – Os alunos que ingressarem no curso de Serviço Social da UFRRJ por meio de transferência ou reingresso como portador de diploma, deverão também cumprir, obrigatoriamente, a carga horária de atividades complementares.

Art. 13º – Serão consideradas atividades complementares com fins de integralização da carga horária apenas as atividades previstas neste documento.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO AVALIADORA

Art. 14º – Os documentos entregues pelos discentes serão avaliados por uma comissão composta por 2 (dois) professores vinculados ao Curso de Serviço Social, instituída pelo Colegiado.

Art. 15º – A comissão emitirá calendário, com dias e horários, para entrega e conferência dos documentos;

Art. 16º – Compete à comissão o recebimento, a conferência dos certificados e dos comprovantes, bem como a avaliação dos documentos, e a posterior emissão e o encaminhamento para a Coordenação de Curso, com o parecer sobre as atividades complementares.

Art. 17º – A partir da avaliação da comprovação da realização da atividade complementar, a comissão de atividades complementares poderá:

a) recusar a atribuição de horas, se considerar insatisfatória a documentação; b) estipular exigência ao requerimento, se faltar documentação passível de ser suprida;
c) atribuir a carga horária correspondente.

Art. 18º – A partir da avaliação da comprovação da realização da atividade complementar, a comissão emitirá parecer satisfatório ou insatisfatório, observando o calendário acadêmico, até o término do período letivo.

Art. 19º – O indeferimento do pedido de atribuição de carga horária pela Comissão de Avaliação será comunicado por escrito ao aluno, que tomará ciência do mesmo, podendo na ocasião ou, no máximo, nos três dias uteis seguintes formular pedido de reconsideração à comissão de avaliação.

Parágrafo único – A comissão deverá apreciar os pedidos de reconsideração formulados pelos alunos em relação ao indeferimento do cômputo das atividades num prazo de dez dias úteis e encaminhar parecer para o discente sem prejuízo do lançamento do resultado no sistema.

Art. 20º – À Comissão de Avaliação das atividades complementares também compete propor à coordenação de curso a inclusão de novas atividades acadêmicas e da carga horária máxima, a elas atribuídas.

Art. 21º – Os casos não previstos neste regulamento serão submetidos ao Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 22º – Esta regulamentação entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso do Serviço Social, revogadas as disposições em contrário.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

REQUERIMENTO DE CÔMPUTO PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aluno(a):_____

Matrícula:_____Tel.:_____

E-mail:_____

	Grupos de Atividades	Valor da pontuação	Quantidade de certificados	Pontuação
I	ENSINO			
1.	Participação em núcleo de estudos e pesquisa	30 horas por semestre		
2.	Disciplinas de livre escolha	30 horas por semestre		
3.	Monitoria	30 horas por semestre		
4.	Curso de formação de longa duração	Entre 60 e 120 h de duração = 20 horas De 120 à 200h = 30 horas por semestre.		
5.	Estágio curricular não-obrigatório	30 horas por semestre		
6.	Programa de Educação Tutorial-PET e demais Programas institucionais	30 horas por semestre		
II	PESQUISA			
1.	Bolsas de iniciação científica concedidas pela UFRRJ ou por agências de fomento.	30 horas por semestre		
2.	Participação voluntária em projetos de pesquisa	15 horas por semestre		
3.	Participação em artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, capítulo de livro ou	20 horas por artigo		

	autoria de livro			
4.	Participação em resumos e anais de eventos científicos publicados a partir de Congressos, Simpósios, Jornadas de Iniciação Científica e de Extensão	5 horas por resumo		
5.	Apresentação de trabalho científico em eventos	5 horas por evento		
6.	Publicação em revista cientifica	20 horas por artigo		
III	EXTENSÃO			
1.	Participação em programas e projetos de extensão	30 horas por projeto		
2.	Realização de cursos de extensão ou participação em oficinas	30 horas por semestre		
3.	Participação como ouvinte em congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de trabalho e similares	10 horas por evento		
4.	Participação como conferencista, mediador ou debatedor em eventos acadêmicos e científicos	5 horas por evento		
5.	Organização de eventos acadêmicos, científicos e culturais	10 horas por evento		
6.	Programas institucionais	30 horas por semestre		
7.	Estágio interdisciplinar de vivência	30 horas por semestre		
8.	Participação como ouvinte em Semanas Acadêmicas	10 horas por evento		
IV	REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL			
1.	Centro Acadêmico	10 horas por semestre		
2.	Diretório Central dos Estudantes; Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social; Representação discente na ABEPSS;			
3.	Comissão designa por portaria ou pelo colegiado de curso	10 horas por semestre		
4.	Participação em colegiado de curso	10 horas por		
5.	Departamento, CONSUNI e CEPEA			
6.	Conselho de Graduação			

7.	UEE	semestre		
8.	UNE			
9.	CEPE			
10.	CONSU			
11.	Organização de evento do movimento estudantil			
V	INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E/OU POLÍTICAS SOCIAIS E/OU MOVIMENTOS SOCIAIS			
1.	Membro do Conselho de Direitos	10 horas por semestre		
2.	Membro do conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS			
3.	Membro do Conselho de Trabalho Emprego e Renda outras instâncias de representação vinculadas aos movimentos sociais			
4.	Participação em Conferências			
5.	Membro do Conselho de Segurança Alimentar			
6.	Membro do Conselho do Idoso			
7.	Membro do conselho de educação e/ou Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.			
8.	Membro do conselho Juventude	10 horas por semestre		
9.	Membro do conselho da Criança e Adolescente			
10.	Membro do conselho de Saúde			
11.	Membro do conselho de Assistência Social			
12.	Outros conselhos	10 horas por semestre		
13.	Curso de Formação e/ou capacitação em Políticas Sociais e Movimentos Sociais	30 horas por semestre		
	Pontuação Total			

Data:_____

Assinatura do(a) aluno(a):_____

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DECLARAÇÃO DE CÓPIAS AUTÊNTICAS

Eu,_____,portador do CPF nº_____, matriculado sob o nº _____, no Curso de Serviço Social, desta Universidade, declaro para fins de comprovação das Atividades Complementares obrigatórias, de integralização curricular do Curso de Serviço Social, que os documentos comprobatórios entregues para a Comissão Avaliadora são cópias autênticas dos originais.

Seropédica, _____ de _____de _____.

_____

Assinatura

Observação: Esta declaração deverá acompanhar o formulário de atividades realizadas.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Graduação em Serviço Social

ANEXO V

PROJETO DE AVALIAÇÃO SEMESTRAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Coordenação:
Profa. Fabrícia Vellasquez Paiva
Profa. Simone da Cunha Tourino Barros

Seropédica, Rio de Janeiro
2018[11]

[11] A avaliação semestral do Curso se iniciou desde 2015.02, junto com o Curso, tendo se constituído, pois, como uma proposta que acompanha o processo de implantação da Graduação em Serviço Social da UFRRJ, campus Seropédica. Fora idealizado, aplicado e sistematizado, já em 2015, como uma proposta idealizada pela coordenação do Curso, na gestão da Profa. Fabrícia Vellasquez Paiva.

Não há saber mais ou saber menos:
Há saberes diferentes.
Paulo Freire[12]

1. Introdução: da apresentação do Projeto

Avaliação. Originária do latim <valere>, a palavra traz, em sua dimensão histórica de construção, a ideia de força, de vigor. Estabelece, pois, como conceito fundamental, que que deve fazer parte dos processos avaliativos uma postura longe de (re)produtivismo e/ou de apativa diante do objeto apreciado. Compreendida dessa forma, a análise cuidadosa, com a devida importância admitida, redimensiona o próprio elemento avaliado, atribuindo-lhe sempre novos olhares.

O presente documento visa, como objetivo principal, formalizar a proposta e a implantação da Avaliação Semestral do Curso de Serviço Social da UFRRJ, campus Seropédica, que vêm sendo realizadas desde o segundo semestre letivo de 2015, ou seja, junto ao próprio início da referida Graduação. Como segunda intenção, o projeto se apresenta como uma possibilidade efetiva de integração de saberes, entre discentes, docentes e corpo técnico do Curso, em que se faz possível o diálogo de impressões, de saberes.

A formalização e a organização textual da prática avaliativa da Graduação referida se deve também ao fato de ser, esta avaliação, entendida como uma prática inovadora e única na UFRRJ[13]. A institucionalização apresentada não se configura como forma de padronização de possíveis Cursos que queiram aderir práticas avaliativas próprias; mas, ao se constituir como um projeto, intenciona o reconhecimento, por parte da comunidade acadêmica, de uma ação coletiva que um Curso realizada desde sua implantação na Universidade, como acompanhamento e como articulação da história e da memória do Serviço Social na UFRRJ.

Partindo, assim, do que preceitua Paulo Freire (1996), aqui relembrado pela epígrafe acima, o projeto tem como entendimento principal a consideração de que os saberes circunscritos na Universidade não são oriundos de uma única direção. São saberes integrados, instituídos mas também instituintes que se confrontam e se afetam mutuamente a cada semestre letivo.

---

[12] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

[13] Até o ano de 2018, nenhuma prática de avaliação semestral fora registrada e/ou socializada, de maneira exclusiva, na UFRRJ – especialmente aquelas que, como esta, estão para além da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFRRJ) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFRRJ), sem, no entanto, desconsiderá-los.

A avaliação tem se constituído, por fim, com um momento em que se faz possível refletir coletivamente sobre esses diálogos – entre os saberes diferentes –, e se tem efetivado num dia de discussão em que todos, sem exceção, são convidados a pensar sobre sua formação e sua atuação, *no* e *sobre* o Curso, e, com isso, sobre si mesmos como sujeitos em constante processo de desenvolvimento. Trata-se de um processo avaliativo que se apresenta, antes de tudo, como um encontro.

2. Objetivos do Projeto de Avaliação: a busca pela participação

Objetivo Geral:

- Formalizar a prática de avaliação do Serviço Social da UFRRJ que vem sendo realizada junto ao início do Curso.

Objetivos Específicos:

- Viabilizar a possibilidade de troca de saberes entre discentes, docentes e técnicos envolvidos com o Curso, pela sistematização de uma prática avaliativa;
- Aprimorar o trabalho realizado junto à Coordenação, especialmente quanto ao acompanhamento dos processos educacionais, por meio do registro de uma proposta de avaliação;
- Revisar processos e procedimentos do Curso, principalmente considerando o caráter de implantação da Graduação;
- Contribuir com o planejamento de todas as atividades do Curso, a partir da análise entre o presente projeto, a proposta de avaliação em cada semestre e os resultados divulgados após a realização da avaliação semestral – incluindo-se, neste ponto, as demais atividades, em oferta já aprovada em Colegiado de Curso, que também se organizem com fins de avaliação[14];

3. Abordagem teórico-metodológica: dos caminhos possíveis

Apesar de se constituir como um instrumento de avaliação própria do Curso de Serviço Social na UFRRJ, vale destacar que a proposta, desde 2015, integra e procura, em suas dimensões subjetivas, se orientar pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de

[14] Referimo-nos, aqui, das atividades acadêmicas que sempre são avaliadas pelos participantes, e principalmente pelos estudantes do Curso. A cada ano letivo, quatro (04) eventos são organizados e cada um deles traz consigo uma avaliação sobre sua temática, seus palestrantes, sua organização, enfim. São assim distribuídos: 1. Semana de Reencontro dos estudantes, em Março (evento pensado para recepcionar todos os alunos, especialmente não-calouros); 2. Semana de Comemoração pelo dia do Assistente Social, em Maio (eventos organizados na Universidade, ou ida dos alunos a eventos externos, em comemoração ao dia 15 de Maio); 3. Semana de Integração, em Julho ou Agosto (evento organizado para recepcionar novos alunos ao Curso, recém-ingressos do SiSu); 4. Semana Acadêmica do Curso (semana planejada para a troca e a socialização de saberes específicos do Serviço Social ou de interesse à formação na área).

abril de 2004. Formula-se, pois, por princípios que visam à ideia de avaliação como acompanhamento, e não de ferramenta de controle, de validação e/ou de punição.

Partindo ainda do conceito da avaliação como um elemento processual e parte integrante do próprio processo educativo (LUCKESI, 2011), nenhum procedimento avaliativo de pensar semestralmente o Curso tem sido, por seus integrantes, compreendido como um produto. Longe, portanto, de se demonstrar como um objeto inerte, a avaliação é, por ela mesma, dinâmica, fluida e relacional.

A avaliação semestral do Curso se materializa em um dia, sendo, assim, o Dia de Avaliação do Curso (DAC). Esse Dia, que em geral é realizado em uma data do calendário acadêmico prevista para "atividades interdisciplinares", vem sendo desenvolvido através de metodologias diversas ao longo desses dois (02) primeiros anos – do início, em 2015, até o presente momento – sendo cada semestre letivo pensado, quanto à organização das atividades desse Dia de Avaliação, através de uma Comissão, instituída de discentes, de docentes e de técnicos. Essa Comissão é sempre pensada e formada durante a reunião de Colegiado de Curso, e seus integrantes podem não fazer parte, como membros efetivos, do Colegiado, mas se candidatarem na condição de estudantes do Curso.

Por meio de reflexões incitadas por provocações estéticas – como a leitura de um poema, de uma obra ou de uma música, por exemplo – os alunos são convidados a pensarem sobre seu processo avaliativo ao longo do semestre vigente ao Dia de Avaliação, avaliando pedagogicamente as disciplinas[15] e identificando, se possível, a articulação entre as mesmas, com destaque para a percepção do porquê estarem alocadas naquele período letivo do Projeto Pedagógico/Político de Curso (PPC)[16].

A análise é, em momento posterior, produzida de maneira igualmente estética pelos estudantes – em cartazes, em imagens, em ilustrações – como uma forma de, por meio dessa representação, ser possível o diálogo necessário, e não coercitivo, do desenvolvimento da disciplina ao longo do semestre – especialmente também considerando o respeito pelos docentes ao programa analítico que é o documento norteador de qualquer abordagem a ser elaborada e implementada nos planos de ensino. A avaliação

[15] Durante a atividade de avaliação, os estudantes são convidados a não pensarem a relação da disciplina, em sua proposta metodológica, atrelada à figura/imagem do/a docente que a tenha ministrado.

[16] Vale resgatar que estes instrumentos avaliativos são importantes também para o próprio acompanhamento do Projeto Pedagógico/político do Curso, sendo utilizados pelo NDE e pelo Colegiado do Curso como parâmetros para revisão do PPC.

produzida de maneira estética, ademais, permite que, ao seu final, possam ser expostas como um registro contínuo à organização pedagógica do Curso.

Além das produções dos estudantes, são também produzidos e aplicados questionários auto-avaliativos aos discentes, aos docentes e aos técnicos, compreendendo a auto-avaliação como parte da avaliação do outro (GADOTTI, 2001) – anexados como modelos neste documento. Por fim, também compõe o Dia de Avaliação do Curso a relatoria de todas as etapas que compõem esse encontro, com intuito de registrar falas, sensações, impressões, desejos[17].

[17] Após o Dia de avaliação, os dados coletados são sistematizados e socializados para todos (discentes, técnicos e docentes), bem como a relatoria, sendo desta solicitada intervenção dos presentes, no texto produzido, até que se chegue ao documento final, aprovado em reunião de Colegiado de Curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO AUTOAVALIATIVO – SEGMENTO DISCENTE

Avalie a frequência com que realizou as atividades abaixo relacionadas utilizando as siglas a seguir:

Sempre	**A**
Na maior parte das vezes	**B**
Às vezes	**C**
Nunca	**D**

	Discipl. 1	**Discipl. 2**	**Discipl. 3**	**Discipl. 4**	**Discipl. 5**	**Discipl. 6**
Foi assíduo (a)						
Foi pontual						
Participou das aulas ativamente						
Realizou a leitura dos textos básicos indicados no conteúdo programático						
Realizou a leitura dos textos complementares indicados no conteúdo programático						
Cumpriu as atividades solicitadas pelo(a) professor(a)						
Buscou esclarecer dúvidas com o (a) professor(a), fosse durante a ministração das aulas ou após a realização das mesmas						
Buscou fazer grupos de estudos com os						

demais colegas						
Participou como ouvinte de outras atividades acadêmicas, além das disciplinas do Curso						
Participou dos processos de elaboração e de organização das atividades vinculadas ao Curso						
Procurou a Coordenação do Curso para sanar dúvidas sobre a condução pedagógica do Curso e/ou situações que poderiam impactar em sua permanência no curso						

Disciplina 1	Introdução ao Serviço Social
Disciplina 2	Ciências Sociais: origens e atualidades
Disciplina 3	Família e Sociedade
Disciplina 4	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas
Disciplina 5	Desenvolvimento Econômico e Questão Social
Disciplina 6	Psicologia Social

- Comentários adicionais e/ou proposições:

_____

_____

_____

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO AUTOAVALIATIVO – SEGMENTO DOCENTE

Autoavaliação em relação à disciplina: _____
(colocar o nome da disciplina)

Avalie a frequência com que realizou as seguintes atividades:

	Sempre	**Na maior parte das vezes**	**Às vezes**	**Nunca**
Foi assíduo (a)				
Foi pontual				
As aulas foram ministradas com linguagem clara.				
Os materiais didáticos foram adequados				
Os textos sugeridos para leitura atenderam aos objetivos do programa analítico da disciplina				
A relação com os alunos foi produtiva				
Utilizou recursos de acompanhamento pedagógico sobre o aprendizado dos alunos				
Buscou esclarecer dúvidas dos alunos, fosse durante a ministração das aulas ou após a realização das mesmas				
As condições de trabalho (recursos áudio visuais, localização e espaço físico das salas, etc) impactaram o andamento da disciplina				
Participou de outras atividades acadêmicas, além das disciplinas do Curso				

Participou dos processos de elaboração e de organização das atividades vinculadas ao Curso.				
Recebeu o suporte pedagógico da coordenação do curso				

- Comentários adicionais e/ou proposições:

_____
_____
_____
_____
_____

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO AUTOAVALIATIVO – SEGMENTO TÉCNICO

Avalie a realização das seguintes atividades:

	Sempre	**Na maior parte das vezes**	**Às vezes**	**Nunca**
Foi assíduo (a)				
Foi pontual				
A relação com os alunos tem sido adequada				
Viabilizou recursos de acompanhamento pedagógico para o aprendizado dos alunos				
Buscou esclarecer dúvidas dos alunos				
As condições de trabalho (localização e espaço físico das salas, etc) impactaram o bom andamento do cotidiano profissional				
Participou de atividades acadêmicas junto ao Curso				
Participou dos processos de elaboração e de organização das atividades vinculadas ao Curso				
Procurou o suporte administrativo e pedagógico da coordenação do Curso				

- Comentários adicionais e/ou proposições:

_____

_____

_____

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Aprendizagem no Brasil: ainda muito por fazer. *Porto Alegre: Meditação, 2004.*

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da educação superior: avanços e riscos*. EccoS, v. 10, n. esp., p. 67-93, 2008

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. *4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.*

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Licínio C. Elementos de análise organizacional das políticas e práticas de avaliação escolar. In: WERLE, Flávia O. C. (Org.). Avaliação em larga escala: questões polêmicas. Brasília: Liber Livro, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação de aprendizagem: componente do ato pedagógico. *São Paulo: Cortez, 2011.*

Aprovado em Reunião de Colegiado de Curso em 13 de Março de 2018.